

Humanização: o que é isto?

REVISTA

Rede de Humanização do Desenvolvimento

Humanização: o que é isto?

BRASÍLIA / DF - 2012



**REVISTA DA REDE DE HUMANIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO:
HUMANIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO**

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, BRASIL

JUNHO DE 2012

EDITORA

MELISSA ANDRADE

EDITORAÇÃO E FOTOGRAFIAS DA CAPA

KENIA RIBEIRO

APOIO

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO (JICA)

A Revista da Rede de Humanização do Desenvolvimento é uma publicação semestral. Os textos poderão ser submetidos em inglês, espanhol ou português. Aos editores reserva-se o direito de introduzir alterações na redação dos originais, respeitando porém, o estilo e as opiniões dos autores. Os artigos expressarão, assim, única e exclusivamente, as opiniões e conclusões de seus autores.

Os textos submetidos deverão ser digitados em Word; fonte Times New Roman 12; espaço 1,5; formato de página A4. Nesse padrão, o limite dos textos será de 12.000 caracteres com espaço. As notas deverão ser sucintas e colocadas no final do artigo. As citações bibliográficas deverão ser feitas no corpo do texto em parênteses e ao final do artigo. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas por meio do info@rede-humanizacao.tk.

FICHA CATALOGRÁFICA

Andrade, Melissa (ed)

Revista da Rede de Humanização do Desenvolvimento:
Humanização: o que é isto?. Brasília-DF, 2012.

48 p.

1. Ciências Sociais 2. Relações Internacionais

1. Título

Periodicidade: semestral

ISSN 2236-8515

Espaço para JICA



Japan International Cooperation Agency

Sumário

O LADO INTERNO DO DESENVOLVIMENTO

MELISSA ANDRADE

página 08

UMA VOLTA A VALORES ESSENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO: AS PERSPECTIVAS DO DECRESCIMENTO E DO SUMAK KAWSAY

JAVIER SURASKY

página 12

DESENVOLVIMENTO COMO ESPELHO DO HUMANO

MARCO AURÉLIO BILIBIO E OTHON HENRY LEONARDOS

página 16

NOVOS VALORES GLOBAIS: NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

DANIEL CAPISTRANO

página 20

PAZ, AGRESSÃO E CONFLITO: CONSTRUINDO UMA CULTURA DE PAZ A PARTIR DA ABORDAGEM GESTÁLTICA

ADRIANA FITTIPALDI

página 23

UMA PERSPECTIVA PARA CRIAR COMUNIDADES LOCAIS QUE PROMOVAM A FELICIDADE

TAKAYOSHI KUSAGO

página 27

ENCONTRO DO ESPÍRITO CIENTÍFICO COM A ALMA INDÍGENA: UMA EXPERIÊNCIA DE HUMANIZAÇÃO NOS TEMPOS DA RIO + 20

OTHON HENRY LEONARDOS E MARCO AURÉLIO BILIBIO

página 31

A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PARADIGMA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

RENATO FRANCISCO DOS SANTOS PAULA

página 35

REINVENTANDO A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: INCLUINDO A SOCIEDADE CIVIL

BIANCA SUYAMA E LUARA LOPES

página 39

CONSTRUINDO PONTES DE COOPERAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CRUZANDO IDENTIDADES

LEILÁ LEONARDOS E MARIA DO CARMO REBOUÇAS DA CRUZ

página 43

Editorial

Em momentos de crise e questionamentos sobre os rumos do progresso global, esta edição da Revista da Rede de Humanização do Desenvolvimento trata de discutir exatamente o que seria a humanização do desenvolvimento. Isso é feito a partir de um olhar diverso que vem da universidade, de servidores públicos, psicólogos e sobretudo, de pessoas, que de alguma forma percebem a necessidade da mudança de valores básicos que orientam nossos modos de vida.

Os artigos abordam o que seria o lado interno do desenvolvimento, alternativas para o crescimento sem limites, o resgate da sabedoria indígena e tradicional, o diálogo entre valores e políticas públicas, a promoção de uma cultura de paz, perspectivas da ciência da 'felicidade' para o desenvolvimento local, a participação da sociedade civil em fóruns internacionais, o aprendizado envolvido num projeto de cooperação internacional e os avanços da humanização da assistência social brasileira.

O desafio, mais do que implementar as propostas feitas, é inicialmente gerar o debate e sobretudo, o diálogo para que outros valores possam inspirar a política econômica e as áreas de política social.

Além disso, mais do que novas idéias, é preciso gerar alinhamento entre a paz interna e externa, o resgate individual e coletivo, a plenitude do ser humano e a evolução da sociedade expressas numa postura de vida. É essa, certamente, a maior ponte que precisa ser construída.

Este é o espaço novo que deve ser gerado – onde o ser humano se encontra com ele mesmo e assim, seja capaz de produzir uma nova política e um novo desenvolvimento, comprometendo-se fortemente com o meio do qual faz parte e onde vive.

Melissa Andrade
Diretora da Rede de Humanização do Desenvolvimento

O lado interno do desenvolvimento

Melissa Andrade
Rede de Humanização do Desenvolvimento

O progresso científico e racional próprios da sociedade industrial e moderna deixou de considerar o 'lado humano' ou interno do que se convencionou chamar como desenvolvimento. Mas o que seria um desenvolvimento realmente humano? Na falta de uma definição clara, o termo ganha múltiplas interpretações, mas se encontra num ponto comum, quase intuitivo, tratando do desenvolvimento que considera o indivíduo que floresce a partir de suas potencialidades. Olha para o sujeito que está por trás de processos impessoais e mecânicos analisados do ponto de vista social e econômico. Este artigo vai tratar do que seria esta 'humanização do desenvolvimento', propondo possíveis caminhos para sua materialização.

Definindo a humanização do desenvolvimento

Ao se abordar subjetividade e o 'lado interno' do desenvolvimento, o pressuposto é de que quando o indivíduo mergulha de maneira mais profunda em si mesmo pode mais facilmente encontrar o 'humano', expresso em mais visão e empatia. Fala-se aqui de um centro de lucidez, de um ponto alto da consciência humana.

De maneira geral, a experiência humana pode ser dividida em três níveis. Num nível mais externo, seria a experiência sensorial, num nível mais profundo, sua experiência subjetiva psicológica e pessoal, e no centro, ou na camada mais interna, algo de mais humano e valioso associado a sonhos e arquétipos, algo próprio e real de cada indivíduo

Do ponto de vista conceitual, 'humanizar o desenvolvimento' seria reconhecer que, por trás da realidade objetiva e externa da vida, existe outro mundo que se move por trás dele, que trata de sonhos, ideais e valores que remetem o indivíduo ao mais elevado na sua escala de valores e o aproxima do que é universal e racional e menos do que é pessoal e circunstancial. Trataria da vivência do que Kant e Aristóteles chamaram de vida racional, privativa do ser humano e que pressupõe a construção de um eixo interno, onde o indivíduo obtém clareza e visão. Tornar o desenvolvimento humano trataria de dar a ele uma dimensão própria do que é 'humano', onde são necessários a auto-realização e o desenvolvimento das potencialidades individuais, o que inclui necessariamente o ser útil ao mundo em que se vive, prestando um papel para a comunidade à qual se pertence.

Para além do desenvolvimento externo, existe um desenvolvimento interno que precisa ser explorado para que possa se gerar um desenvolvimento realmente humano.

Tornar o desenvolvimento humano trataria de dar a ele uma dimensão própria do que é 'humano', onde são necessários a auto-realização e o desenvolvimento das potencialidades individuais, o que inclui necessariamente o ser útil ao mundo em que se vive, prestando um papel para a comunidade à qual se pertence.

Humanizar o desenvolvimento implica em olhar para os processos sociais e econômicos externos em combinação com a preocupação central em tornar o ser humano melhor, mais realizado e feliz – senhor de si mesmo, capaz de construir o seu próprio destino de forma clara e consciente. Na psicologia junguiana, isto equivaleria à busca pela individuação; nas artes marciais, a conquista do centro; nas religiões orientais, a iluminação; na pirâmide de Maslow, a auto-realização; evidentemente, com níveis de profundidade distintas. Trata-se do reconhecimento da 'vida interior' do ser humano orientado por valores e ideais em oposição à 'vida exterior' da realização econômica e social, objetos do desenvolvimento convencional.

A história do pensamento humano facilmente cria dicotomias, entre o intuitivo e o racional, entre as idéias e o modo de produção, entre a subjetividade e a objetividade. Desta forma, urge uma espécie de síntese, onde é necessário combinar o objetivo e o subjetivo, com a devida clareza do propósito e sentido de um progresso que deveria ser mais 'humano', onde todas as necessárias dimensões da vida, incluindo os relacionamentos) se somassem para construção de um indivíduo mais completo, num ideal de vida coerente e cheio de sentido.

Trazendo outras perspectivas

Por isso, é preciso reinventar a lógica da economia e do desenvolvimento. Num artigo seminal, o famoso Schumacher, autor do 'Small is beautiful', trata da 'Economia Budista'. Ele explica como a lógica da 'acumulação capitalista' e do produzir da maneira mais eficiente possível era diversa do valor que se atribuía ao trabalho numa mentalidade budista, onde este era utilizado como meio para que o ser humano pudesse se realizar. Outro contraponto famoso é Gandhi que, em seus escritos pró-independência indiana, explicava como a Índia se tornaria independente da Grã-Bretanha só na forma, pois todos os valores ocidentais e externos já faziam parte da sua lógica de desenvolvimento (Goulet, 1996).

O cenário de sucessivas turbulências econômicas, sociais e políticas desde 2008 enseja um bom momento para questionamentos sobre o que seriam os rumos do atual desenvolvimento. É preciso, para isso, gerar uma agenda pró-ativa para a materialização desta mudança de mentalidade e prática. Para isso, seria preciso considerar:

1. O Resgate do saber tradicional alinhado com os avanços científicos

Como tratado por Bilibio e Leonardo nesta publicação, existe muita sensibilidade em culturas tradicionais indígenas na sua relação com o ambiente em que vivem, tratando a terra como um ser vivo e numa postura de respeito. Por outro lado, é preciso reconhecer o mérito dos sistemas de gestão e produtividade modernos, os avanços tecnológicos da medicina, os transportes rápidos e as comunicações em tempo real que possibilitam disponibilização de conhecimento e troca de informações sem precedentes na história huma-

na. O problema é o excesso do consumo ou do encanto com uma tecnologia que mesmeriza o indivíduo, mas não o torna necessariamente mais realizado. Não se ensinam os futuros líderes, gestores e cientistas sobre o sentido do que é verdadeiramente 'humano'. A Universidade não oferece realmente conhecimento, mas um conjunto de técnicas com um propósito instrumental.

2. *Resgate de 'sistemas inteiros de conhecimento'*

Ao resgatar conhecimentos antigos, é preciso resgatar 'sistemas inteiros de conhecimento', especialmente por trás de culturas tão antigas e tradicionais como a Índia e a China com sistemas completos de medicina, yoga e conhecimento vasto sobre a psique e a natureza humana, promovendo um diálogo com os valores políticos modernos. Como já foi discutido por Jung (1986), enquanto uma parte do mundo (ocidental) trata do lado externo, científico e racional, a outra parte (oriental) tradicionalmente se ocupou do interno e intuitivo, apesar das contradições e mudanças próprias do momento atual. Um ser humano mais completo se apóia nas duas dimensões e assim caminha mais rápido, absorvendo o melhor de cada um. O conhecimento geral sobre a natureza humana é ainda muito limitado e precisa aproveitar outros sistemas de conhecimento ainda pouco conhecidos.

3. *Geração de uma cosmovisão integradora, mas ao mesmo tempo definida*

Muito próprio da sociedade moderna ou pós-moderna é a torre de babel ideológica, conceitual e fluida em que vivemos. As comunicações modernas contribuíram para expor as pessoas a muitas formas diferentes de ver e viver a vida, dando espaço para a desconstrução de muitas realidades. A fragmentação ajuda a expor as diferenças e a torná-las mais conscientes, mas ao mesmo tempo é preciso gerar pontos de convergência, construindo valores comuns, onde princípios éticos sejam fundamentais e claros gerando um centro, onde valores e práticas se encontram e onde os conflitos e diferenças possam ser processados de forma racional e inteligente. Esta fragmentação em termos de visão de mundo (a falta de metanarrativas) gera o império da preocupação com objetivos individuais em detrimento de projetos comuns de escopo mais amplo.

4. *Simplicidade e reinvenção de modos de vida*

A economia moderna é baseada no consumo intenso de energia. Isso gera uma sofisticação muitas vezes desnecessária para a manutenção da vida. A simplicidade como um valor passa a ser quase um imperativo de sobrevivência do ponto de vista global. Para além da lógica neoclássica liberal ou marxista, é necessário fortalecer não apenas a economia verde, mas uma lógica de eficiência e combate ao desperdício e a tantas necessidades socialmente construídas.

Humanizar o desenvolvimento implica em olhar para os processos sociais e econômicos externos em combinação com a preocupação central em tornar o ser humano melhor, mais realizado e feliz – senhor de si mesmo, capaz de construir o seu próprio destino de forma clara e consciente.

5. *Viver outro desenvolvimento*

As teorias do desenvolvimento são reflexos de práticas de vida. Práticas de vida refletem visões de mundo. É preciso reconhecer a necessidade de viver, além de teorizar sobre novas perspectivas de desenvolvimento mais humanistas. Há pouco valor em se falar sobre o que não se vive minimamente, onde a vida teórica se descola da vida cotidiana. É necessário que cada indivíduo aprenda a se construir de forma consciente, onde descubra um pouco do fio de Ariadne que leva ao interior do labirinto, onde Teseu mata o minotauro. Quando o ser humano vive uma trilha, percebe que a história está ainda incompleta, vivemos todos um processo contínuo de evolução, tanto individual quanto coletivo.

6. *Desenvolver uma agenda 'humanista de pesquisa'*

É preciso esclarecer conceitos e visões sobre o que seria este desenvolvimento mais humano e completo, gerar metodologias, fazer políticas públicas e avaliá-las. Uma ciência do 'humanizar' deve partir necessariamente de um diálogo interdisciplinar, onde áreas como a filosofia, psicologia e ciência política se encontrem com a economia, a física e a neurociência, num ponto onde o propósito se torne comum, ainda que o caminho e a abordagem diferentes. A disciplina Ética do desenvolvimento tem avançado nesta direção (Goulet, 1996).

Um desenvolvimento mais humano trata de reconhecer a 'vida interior' do ser humano orientado por valores e ideais em oposição à 'vida exterior' da realização econômica e social, objetos do desenvolvimento convencional.

O lado interno e não simplesmente subjetivo

Para além da agenda proposta, é preciso considerar que o resgate de outros sistemas de conhecimento e o reconhecimento da dimensão subjetiva ou interna do desenvolvimento precisa ser vista com cautela. Corre-se o risco aqui de se gerar uma agenda extremamente subjetiva, onde se constrói uma epistemologia confusa e pessoal, pois o que se considera são valores ligados estritamente ao bem-estar individual.

O essencial é reconhecer que, para além do desenvolvimento externo, existe um desenvolvimento interno que precisa ser explorado para que possa se gerar um desenvolvimento realmente humano. As práticas vão decorrer de uma nova forma de perceber a realidade.

REFERÊNCIAS:

AKED, J. (2011). **O valor de se construir conexões sociais em projetos de desenvolvimento: perspectivas da Ciência da Bem-Estar.** In: Andrade, M. & Elsner, C. Revista Rede de Humanização do Desenvolvimento, Número 1. Editora IABS: Brasília/DF.

GOULET, D. (1996). **A new discipline: Development Ethics**, Working Paper #231, Kellogg Institute.

JUNG, C. (1986). **Psicologia e Religião Oriental**, Obras Completas de C. G. Jung - Volume XI/5. Editora Vozes: Rio de Janeiro.

SCHUMACHER, E. F. (1973). **Small is beautiful: economics as if people mattered.** Harper & Row Publishers: New York.



Uma volta a valores essenciais para o desenvolvimento: as perspectivas do decrescimento e do *sumak kawsay*

Javier Surasky

Departamento de Cooperación Internacional,
Instituto de Relaciones Internacionales da Universidade Nacional de La Plata

Os debates sobre o conceito de desenvolvimento tiveram sua origem na economia, de onde foram se ampliando em diversas direções para abarcar novos campos. Há cerca de quarenta anos de discussões, nos quais as diferentes visões disputavam o lugar do paradigma universal do desenvolvimento - passando pela teoria da modernização, estruturalismo e neo-estruturalismo cepalino, teoria da dependência e 'contra-revolução' neoclássica - até o início da década de 1990 quando este lugar foi finalmente ocupado pelo Desenvolvimento Humano.

Felizmente, a adoção generalizada do Desenvolvimento Humano como paradigma não implicou o fechamento dos debates sobre o conceito do desenvolvimento, mas abriu as portas a novas e férteis discussões, dando lugar à aparição tanto de novos 'nomes' que se incorporaram ao nome de desenvolvimento - sustentável, endógeno, local - como também a olhares originais sobre o sentido e o conteúdo do termo: o pós-desenvolvimento, o 'outro mundo é possível'.

De todas elas, vamos nos centrar neste artigo em duas maneiras de compreender o desenvolvimento - e o subdesenvolvimento - que se destacam por albergar em seu seio, concepções inovadoras sobre o ser humano, a sociedade e a natureza: o decrescimento sustentável e o *sumak kawsay* ou *suma qamaña*.

O decrescimento sustentável

Podemos encontrar em pensadores como Henri Thoreau (1817-1862) algumas das bases filosóficas desta teoria que excede em si mesma a idéia do desenvolvimento para propor um estilo de viver.

O decrescimento sustentável pode ser definido como a redução equitativa dos níveis de produção e consumo que permita incrementar o bem-estar das pessoas e contar com melhores condições ecológicas tanto locais quanto globais no curto e longo prazo (Schneider, Kallis, Martinez-Ailler, 2010).

Trata-se de uma idéia simples que em sua forma moderna, foi formulada pela primeira vez por Nicholas Georgescu-Roegen em *The Entropy law and the Economic Process*, publicada em 1971, onde criticava os economistas neoclássicos por não considerar o 'princípio de degradação da energia e da matéria', o que o levava a incluir em sua análise um 'princípio de entropia', pelo qual se deve ter em conta que

O decrescimento sustentável pode ser definido como a redução equitativa dos níveis de produção e consumo que permita incrementar o bem-estar das pessoas e contar com melhores condições ecológicas tanto locais quanto globais no curto e longo prazo (Schneider, Kallis, Martinez-Ailler, 2010).

os fluxos de matéria e de energia requeridos para a geração de bens implica que nela se verifique uma perda de recursos úteis.

O decrescimento afirma com evidência científica que nossos padrões de produção e consumo nos empurraram para além dos limites entrópicos sustentáveis: o custo oculto, o que se perde em matéria prima e energia é superior aos ganhos obtidos. Impõe-se então recorrer à denominada 'lógica do caracol' postulada por Ivan Illich (como citado por Latouche, 2008:59):

'O caracol constrói a delicada arquitetura de sua concha acrescentando uma depois da outra as espirais cada vez mais amplas; depois cessa bruscamente e começa a se enrolar desta vez em decrescimento, já que só uma espiral a mais daria à concha uma dimensão 16 vezes maior, o que ao invés de contribuir para o bem-estar do animal, o sobrecarregaria. E desde então, qualquer aumento de sua produtividade serviria apenas para diminuir as dificuldades criadas por esta ampliação da concha, fora dos limites fixados para sua finalidade.'

Esta base teórica permite a Latouche postular os 8 'R' do decrescimento:

- **Reavaliar:** substituir a escala de valores globais, individualistas e consumistas por outra que dê proeminência a valores locais, cooperativos e humanistas.
- **Reconceitualizar:** adotar um novo estilo de vida baseado na suficiência e na simplicidade.
- **Reestruturar:** modificar as formas de produção e as relações sociais em função da nova escala de valores e do novo estilo de vida.
- **Relocalizar:** perseguir a auto-suficiência local das necessidades prioritárias, diminuindo o consumo de bens e energia que implica o transporte.
- **Redistribuir:** modificar a distribuição da riqueza desde o nível local até o global a fim de fazê-la mais eqüitativa.
- **Reduzir:** passar de uma forma de vida marcada pelo consumismo a outra marcada pela simplicidade.
- **Reutilizar e reciclar:** estender ao máximo possível a vida útil dos bens.

Falamos de uma mudança que requer valorizar o lazer em relação ao trabalho, modificando em consequência todas as relações sociais que se estabelecem a partir das relações laborais, incluindo as que envolvem os seres humanos com a natureza (da qual são parte), construindo 'uma sociedade capaz de não desejar coisas que é capaz de prover' (Sachs, 1999:89).

No campo do desenvolvimento, esta linha teórica conduz a políticas dirigidas a recuperar a identidade cultural dos povos, privilegiando suas próprias formas de vida e produção, superando o que Boaventura de Sousa Santos (2009) apresenta como um 'epistemocídio' provocado pela colonização.

O desenvolvimento, por tanto, viria de uma reconfiguração das relações sociais

O 'sumak kawsay' (bem viver) ou 'suma qamaña' (viver bem) partem de cosmovisões associadas a povos indígenas latino-americanos cujas construções se baseiam no reconhecimento da interdependência recíproca existente entre todo aquele que habita a terra e entre cada habitante do planeta com a própria terra.

mais eqüitativas que se encontrariam em relação recíproca com o estabelecimento de novas pautas de produção e consumo respeitosas da natureza e seus limites.

O **Sumak Kawsay** ou **Suma Qamaña**

Partindo de visões associadas a epistemologias divergentes do atualmente vigente, o *sumak kawsay* (bem viver) ou *suma qamaña* (viver bem) partem de cosmovisões associadas a povos indígenas latino-americanos cujas construções se baseiam no reconhecimento da interdependência recíproca existente entre todo aquele que habita a terra e entre cada habitante do planeta com a própria terra.

Sobre esta idéia básica se constróem novos paradigmas de trabalho que se apartam da acumulação de riqueza como o fim definitivo do ser humano redirecionando-nos ao conceito do 'bem viver': 'a vida como eixo e categoria central da economia'. (León T, 2009:63).

Desta forma, *sumak kawsay* se apresenta necessariamente como um caminho sempre inacabado no qual, os meios destinados a lograr o bem viver, as políticas devem colocar-se à serviço da satisfação de necessidades tanto individuais como do conjunto, percebidas como indivisíveis.

Mas, isto não deve levar-nos a crer que se trata de um mero exercício teórico-filosófico. Muito pelo contrário, trata-se de um pensamento que só existe em conjunção com a ação transformadora.

Os princípios do *sumak kawsay* são os seguintes:

- **Relacionalidade:** nada existe separado. O homem, a sociedade e a natureza constituem ponto de convergência de múltiplas relações e significados.
- **Complementariedade:** tudo o que existe, coexiste. Tudo tem seu complemento e entre os complementos de um todo, nenhum é inferior nem superior; povos, territórios, bens naturais não possuem uma função produtiva, se não espiritual, social e de sobrevivência histórica.
- **Dualidade:** tudo tem o seu par, o par é o modo de existir. Dia e noite, acima e abaixo, homem e mulher.
- **Reciprocidade:** princípio de equilíbrio e harmonia, onde damos sabendo que vamos receber, por isso, é preciso fazer 'pagamentos' à terra, fonte da vida.

Torna-se evidente que o *sumak kawsay* requer o reconhecimento de sociedades plurinacionais onde existam e a efetiva implementação de projetos político-jurídicos que materializem o respeito à diversidade.

A jornada dos princípios teóricos à prática já se iniciou como aquilo que se conhece como o novo constitucionalismo latino-americano, cujos melhores exemplos estão dados pelas atuais constituições nacionais de Equador e Bolívia, as que incluem referências explícitas ao *sumak kawsay* e ao *suma qamaña*, respectivamente.

Assim, na Carta Magna Equatoriana aprovada em 2008, 'se reconhece o direito da

Desaprender para voltar a aprender, talvez aqui se encontre o desafio do momento quando pensamos o desenvolvimento.

As novas teorias nos convidam a voltar para o essencial, a reconhecer o que está à vista e desconstruir caminhos que se mostram incapazes de nos levar ao destino que prometiam em sua origem.

população viver em um ambiente são e ecologicamente equilibrado, que garanta a sustentabilidade e o bem viver, *sumak kaway'*, enquanto que o seu par na Bolívia, sancionada um ano mais tarde, afirma que '...o estado assume e promove como princípios ético-morais da sociedade plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (não seja preguiçoso, não seja mentiroso, não seja ladrão), *suma qamaña* (viver bem), *ñandereko* (vida harmoniosa), *teko kavi* (vida boa), *ivi maraei* (terra sem mal) y *qhapaj ñan* (caminho ou vida nobre)".¹

É certo que sua aplicação requer modificações substanciais das pautas sociais, mas não são maiores – e por isso sua realização não pode se considerar mais utópica – que as requeridas pelo Desenvolvimento Humano.

Considerações finais

A breve apresentação das teorias de decrescimento e do *sumak kawsay* ou *suma qamaña* são indicativas de novas formas de pensar o desenvolvimento que superam amplamente as visões tradicionais, a ponto tal que em ambas é complexo distinguir a idéia do desenvolvimento da idéia de um modo de vida.

Ambas dão à natureza um lugar central, consideravelmente mais amplo do que se coloca no qualificativo de 'sustentável' que se agrega ao desenvolvimento, em franca oposição à idéia da modernidade, de que a natureza está ali para ser dominada e aproveitada pelos seres humanos.

Uma e outra, com diferentes ênfases, põe as pessoas em relação com o que as rodeia e que tanto as brinda possibilidades como impõe-lhes limites. O *sumak kawsay* inclui um passo além, fundindo a natureza, o indivíduo e a sociedade em uma única e mesma realidade.

De certa forma, convidam-nos a voltar para o essencial, a reconhecer o que está à vista e desconstruir caminhos que se mostram incapazes de nos levar ao destino que prometiam em sua origem. Desaprender para voltar a aprender, talvez aqui se encontre o desafio do momento quando pensamos o desenvolvimento.

¹ Grifo próprio.

REFERÊNCIAS

- DE SOUSA SANTOS, B. (2009). **Una epistemología del Sur: la reinención del conocimiento y la emancipación social**. Siglo XXI-CLACSO: México-Buenos Aires.
- LATOUCHE, S. (2008). **La apuesta por el decrecimiento ¿Cómo salir del imaginario dominante?** Icaria: Barcelona.
- LATOUCHE, S. (2009). **Pequeño tratado del decrecimiento sereno**. Icaria: Barcelona.
- LÉON T, M. (2009). 'Cambiar la economía para cambiar la vida, en ACOSTA, A. y MARTNEZ, E. [Eds.] **El Buen Vivir: una guía para el desarrollo**, Ediciones Abya-Yala: Quito.
- SACHS, W. (1999). **Planet dialectics. Explorations in environment and development**. Zed Books Ltd.: London.
- SCHNEIDER, François; KALLIS, Giorgos; MARTINEZ-ALIER, Joan. (2010). **Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability** en Journal of Cleaner Production, nº 18, páginas 511-518.



Desenvolvimento como Espelho do Humano

Marco Aurélio Bilibio e Othon Henry Leonardos
Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília

Há muito estamos face a face com um paradoxo: como pode que, quanto mais desenvolvidos economicamente nos tornamos, mais se agravam as condições ambientais e mais se expande a desigualdade global? O conceito de Desenvolvimento Sustentável, que integraria eficiência econômica, preservação ambiental e justiça social não foi suficiente para qualificar o desenvolvimento. Onde falhamos?

Uma resposta superficial seria a de que o modelo da sociedade industrial evoluiu para a sociedade de consumo. Sob a lógica do acúmulo, movida pela ganância por lucro e cujo pano de fundo é a *competição*, essa sociedade ainda expressa o tipo de eficiência econômica do início da sociedade industrial, ainda às custas da exploração/exaustão do meio ambiente e das pessoas como força de trabalho. No entanto, o cerne da questão é muito mais profundo.

Para ir ao profundo é preciso perguntar: quem é o Ser Humano que cria esse quadro? Por quê o faz? O que ocorre na consciência – ou na inconsciência – deste ser? De onde vem essa noção impraticável de desenvolvimento que desumaniza e desambientaliza? Talvez, realmente aja algo de profundamente errado com o que consideramos normal.

A dificuldade ao fazer essa espécie de questionamento, que coloca em cheque nossa noção de *normalidade*, pode ser representada pela relação entre o olho e o olhar. O olho olha a partir de si mesmo, mas não olha a si mesmo. Da mesma forma, olhamos o mundo a partir de nossas *prioris*, nosso conjunto de crenças basilares que estruturam nosso mundo.

O que pode tornar o olho consciente de si mesmo é um espelho. Esse é também o papel das crises numa cultura, assim como o é para um indivíduo: um espelho. Espelhos revelam os olhos, crises revelam formas de olhar. E se considerarmos que estamos numa crônica crise, cujos sintomas são devastação ambiental e a condenação de pessoas e povos à condição de indignidade, temos que considerar que *normalidade* é essa sob a qual vivemos. Aqui, partiremos de um olhar psicológico que se alça à *transdisciplinaridade* para falar de crise e humanização do desenvolvimento.

Espelhos revelam os olhos, crises revelam formas de olhar. E se considerarmos que estamos numa crônica crise, temos que considerar que ‘normalidade’ é essa sob a qual vivemos.

Examinar o presente fracasso em construir uma sociedade sustentável apenas do ponto de vista político e econômico é ingênuo. Existem forças de ordem emocional e psicológica que estão sendo espelhadas na destruição dos ecossistemas, das comunidades originais e do equilíbrio do clima. Portanto, caminhar na direção da humanização do desenvolvimento passa por um sincero olhar para o espelho.

Crise como sintoma

Autores da Ecopsicologia (Roszak et al, 1995) consideram que a dimensão adoecida de nossa cultura, que é tão genial tecnologicamente, artisticamente e em tantos outros aspectos, emergiu. Emergiu na forma de autodestruição. Afirmam que examinar o presente fracasso em construir uma sociedade sustentável apenas do ponto de vista político e econômico é ingênuo. Existem forças de ordem emocional e psicológica, assim como questões de identidade e autoconceito historicamente modeladas que estão sendo espelhadas na destruição dos ecossistemas, das comunidades originais e do equilíbrio do clima. Portanto, caminhar na direção da humanização do desenvolvimento passa por um sincero olhar para o espelho.

A autodestruição como sintoma já foi testemunhada de forma dramática nas duas guerras mundiais do século XX. Na transição para o século XXI e em seu início ganhou outras formas. Há quem afirme que já estamos presenciando a III Guerra Mundial, só que ela está sendo travada de forma silenciosa, e seu foco não está em um país contra outro, mas de uma mentalidade contra a Natureza. Ecocídio é o novo termo para designar esta auto-destruição pela destruição das condições ambientais para a manutenção da vida.

Se considerarmos que um sintoma psiquiátrico é sempre precedido “de um esconder” algo da consciência, em termos de supressão de fatos ou dimensões do ser, percebemos a íntima relação entre o adoecer da pessoa e o adoecer da cultura. Então, carece perguntar o que está sendo suprimido em nós, pessoalmente, e na cultura que nos molda e que levaria ao ecocídio?

Uma História de Desconexões

Em uma obra com o sugestivo nome de *O Espírito Ocidental contra a Natureza*, o antropólogo Frederick Turner (1990) traça a saga conquistadora do homem branco, em contraste com o espírito nativo, cuja relação com os lugares de origem era íntima e vital, ritualizada e espiritual. A história se repetiu em todos os continentes em que caravelas aportaram: apropriação das terras, dizimação física dos povos nativos ou sua dominação cultural pela religião, que em parceria com os colonizadores do mundo material garantia a colonização subjetiva, e a justificava como algo espiritualmente positivo.

Lynn White (1997) volta no tempo e atribui a crise ambiental à sensação de possuímos um direito divino de uso e domínio sobre todas as criaturas: tudo foi feito para nós. Esse é o mandamento máximo para as relações Ser Humano-Natureza na tradição judaico-cristã que informa ao homem ocidental, seu papel e destino. Ao mesmo tempo, o divino agora ocupa o transcendente e, apesar da Natureza ser sua criação, não a habita. Para White, assim nasceu a espécie de relação ‘coisificante’ que nossa cultura trava contra a Natureza.

Nessa construção histórica, vai ficando evidente o que nossa cultura expressa, seu

poder de desbravar, inovar, mudar, e se superar, mas também o que oculta (Roszak, 1999): sua incapacidade de perceber a alteridade, de perceber a sabedoria orientadora da natureza, e de olhar além de interesses imediatos.

Roszak (2001) coloca isso em termos psicológicos e chama de inconsciente coletivo, a sabedoria intuitiva e instintiva que nos guiou evolutivamente até nossos dias e é expressa pela nossa ligação com a Terra, nossos sentimentos de reciprocidade com as demais formas de vida e nossa capacidade de ler a Natureza e seguir suas leis. Esta dimensão da consciência foi culturalmente suprimida, de forma que nossa sociedade contemporânea se desenvolveu a partir de uma identidade partida e incompleta, esquecida de fatos básicos da Natureza, óbvios a outros povos e culturas.

A arrogância da cultura dominante em relação à Natureza e outros povos, a desumaniza. Fecha-a numa lógica autocentrada, incapaz de ver e assumir sua própria loucura obstinada e autodestrutiva.

Abrindo o Inconsciente Ecológico

Ocorre que só não precisa dominar ou explorar quem está saudável, porque quem está saudável ama, e amor é a antítese do controle e jamais surge dele. Quem não está saudável, controla porque não quer perder, porque está vazio e tem medo, e se alimenta não com o amor, mas da sensação de poder, base de toda a filosofia competitiva contemporânea. Uma dinâmica oculta, portanto, ocorre na nossa *normalidade*, de forma que as conferências internacionais continuarão a lidar com o desenvolvimento de forma superficial, sem considerar estas dimensões inconscientes por trás da nossa cultura e história.

Felizmente, um movimento contrário de cura vem ocorrendo gradual e silenciosamente. Há, evidentemente, uma nova mentalidade nascendo nas pessoas mais abertas. São cidadãos planetários, *ocupando* lenta mas ininterruptamente os lugares onde a mentalidade dominante reina.

Carl Rogers (1978) ensinava que pessoas que são conscientes de si e honestas quanto à suas experiências de vida são a maior força revolucionária. Elas têm senso de autonomia, senso do direito de serem quem são, e menos propensas a manipulações. Esse tipo de ser humano é uma ameaça para o sistema, porque é dono de si. Rompem com a hipocrisia e reconhecem do que precisam se libertar. Nelas o Inconsciente Ecológico facilmente aflora (Roszak, 2001), porque ao recuperarem o olhar sensível criam relações de respeito com tudo à sua volta. São pessoas que seguem o fluxo natural nas tomadas de decisão, criando espaços de consenso e mutualidade.

Assim, expressam uma das mais notáveis realidades do mundo natural: a informação flui em rede por todas as formas de vida e, a partir disso, elas se auto-organizam. A energia circula e não se acumula em nenhum ponto. Ensinam assim, outra noção

Essa noção de interdependência que perpassa toda a nova ordem surge do Inconsciente Ecológico. Abrir acesso a ele não é uma tarefa complexa, porque essa camada da mente está na essência de nossos seres e pressiona para emergir.

Carl Rogers (1978)
 ensinava que
 pessoas que são
 conscientes de si e
 honestas quanto à
 suas experiências
 de vida são a
 maior força
 revolucionária.
 Elas têm senso
 de autonomia,
 senso do direito de
 serem quem são, e
 menos propensas
 às manipulações.
 Esse tipo de ser
 humano é uma
 ameaça para o
 sistema, porque ele
 é dono de si. Estas
 pessoas rompem
 com a hipocrisia
 e reconhecem do
 que precisam se
 libertar.

de lucro. Lucro não significaria mais acúmulo, em detrimento de outros. Significaria o nível de nutrição das mútuas necessidades, não aquelas artificialmente geradas pelo marketing, mas sim as necessidades que surgem da própria vida e que precisam de produtos sim, mas produtos gerados a partir da ética ecocêntrica.

Essa noção de interdependência que perpassa toda a nova ordem surge do Inconsciente Ecológico. Abrir acesso a ele não é uma tarefa complexa, porque essa camada da mente está na essência de nossos seres e pressiona para emergir. Quando o faz está associada a experiências com diferentes níveis de profundidade e abrangência, mas independente da natureza íntima que as experiências tenham para cada um, sempre nos conectam à rede de consciências que chamamos Natureza, e passamos a nos reconhecer como parte do incrível sistema que cria e mantém a vida.

Assim, ao pensarmos em Desenvolvimento, estaremos pensando em fazer nossa parte na grande ordem natural das coisas. Não significará mais e mais produtos, mas os produtos realmente necessários para a libertação e felicidade, e não para ter *mais*. O mais e mais só se aplicará à mais qualidade das vivências da comunidade, de nós mesmos, das conexões de amor, das relações que protegem e humanizam, e isso envolve todos os seres que estão conosco neste planeta.

REFERÊNCIAS

- ROSZAK, T. (1999). **The Gendered Atom: reflections on the sexual psychology of Science**. Conari Press: Berkely.
- ROGERS, C. (1978). **On Personal Power: Inner Strength and its Revolutionary Impact**. Trans-Atlantic Publications: London.
- ROSZAK, T., GOMEZ, M., KANER, A.D. (1995). **Ecopsychology: Restoring the Earth, healing the mind**. Sierra Club Books: San Francisco.
- ROSZAK, T. (2001). **The Voice of the Earth: an exploration of Ecopsychology**. Phanes Press: Grand Rapids (MI).
- TURNER, F. (1990). **O Espírito Ocidental contra a Natureza: mitos, história e terras selvagens**. Editora Campus: Rio de Janeiro.
- WHITE, L. (1997). **The Historical Roots of our Ecological Crises**, in *Classics in Environmental Studies*. International Books: Dublin.



Novos valores globais: novas políticas públicas?

Daniel Capistrano

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Desde a segunda metade do Século XX, uma profusão de análises descreve com detalhes as alterações de âmbito econômico, social e político pelas quais o mundo tem passado. Essas transformações têm exercido um impacto considerável sobre os valores individuais.

Daniel Bell é reconhecido por introduzir, em meados da década de 1960, o conceito de “sociedade pós-industrial”. Segundo Bell, alguns processos em curso nas sociedades industriais, como o crescimento do setor de serviços e o desenvolvimento tecnológico, estariam convergindo para a formação de uma sociedade com bases distintas ao industrialismo. De forma semelhante, Alain Touraine defende as idéias de transformação da sociedade industrial, também na década de 1960, em direção ao surgimento de uma “sociedade da informação”. As mudanças pressionam para um novo tipo de atuação dos vários atores sociais, e em particular, o Estado, de modo a responder às necessidades de um novo perfil de sociedade.

Baseado em *surveys* realizados em países que representam 90 por cento da população mundial, Inglehart e Welzel (2009) têm investigado, desde a década de 1970, como o processo de modernização vêm afetando os valores, orientações e atitudes individuais da população. Basicamente, verificam o surgimento de uma sociedade predominantemente pós-materialista, baseada em valores como a participação social e política, qualidade de vida e auto-expressão, enquanto valores materialistas, como segurança física e econômica, enfraquecem nas gerações mais recentes. Esta transformação nos sistemas de valores básicos estaria se dando em decorrência de algumas modificações sistêmicas como a expansão da comunicação de massa, o desenvolvimento econômico e tecnológico e o aumento generalizado da escolaridade.

Mudanças de valores em curso

A sustentação teórica para a construção da hipótese de mudança de valores é fornecida pelo trabalho de Abraham Maslow em relação à hierarquia das necessidades humanas. Segundo Maslow, o comportamento humano é determinado pelas necessidades que o próprio homem cria no decorrer de sua vida. Na medida em que suas necessidades básicas vão sendo satisfeitas, outras assumem o predomínio de seu comportamento. Desta forma, Maslow identifica uma hierarquia de necessidades específicas que seria aplicável a todo ser humano. Entre as necessidades mais

Falta ao Estado reconhecer a cultura e os valores como fatores de grande influência para o desenvolvimento, como forma de torná-lo mais humano, percebendo quais são as aspirações e necessidades dos indivíduos, não apenas no seu nível mais básico, mas chegando às necessidades mais amplas de criatividade e auto-realização.

básicas estariam as fisiológicas como o acesso à água, ao alimento e ao sono, por exemplo. Após estas, surge a necessidade por segurança física e econômica em uma espécie de busca por proteção ou fuga da privação. No terceiro grau de necessidades estariam as prioridades sociais na busca por associação, participação e afetividade por meio do envolvimento com outros seres humanos. As duas últimas etapas seriam as necessidades de “estima” – reconhecimento, respeito, afirmação perante os outros – e as de “atualização” que requerem o desenvolvimento máximo do potencial humano envolvendo habilidades, criatividade e talento.

A globalização é um fator que tem colaborado fortemente para essa mudança de valores. Esse dinamismo tem sido incorporado pelas empresas privadas que souberam se adaptar a essa nova realidade acelerada, adaptando produtos e serviços. Da mesma forma, a sociedade civil organizada tem assumido diversas “pautas sociais” que exigem agilidade e dinamismo por serem questões influenciadas pela aceleração contemporânea.

Novos valores e políticas públicas

Apesar das pressões, o Estado tem dificuldades sérias em lidar com essas rápidas transformações. Segundo Scott (1998) essa é uma dificuldade intrínseca à proposta do Estado moderno. Para Scott, a combinação entre o ordenamento administrativo da sociedade e da natureza, a formação de um Estado autoritário e a disseminação de uma ideologia “alto modernista” somente possibilitou a instauração de um planejamento público centralizado, uniformizador e autoritário que ignora as características diversas da sociedade. Fukuyama (2005) considera que isto é resultado de uma proposta inadequada do escopo de ação e de força do Estado.

Compreender o público-alvo das ações públicas é fundamental para que as mesmas sejam mais efetivas e eficazes. Mesmo utilizando “receitas” semelhantes, ou seja, políticas públicas similares para enfrentar problemas como pobreza, desigualdade e baixa escolaridade, os resultados divergem entre países diferentes, ou até mesmo entre programas ou épocas distintas em um mesmo país. É razoável supor que, para além das variáveis tradicionalmente analisadas, alguns aspectos mais subjetivos da sociedade, como **valores**, tenham influência sobre a efetividade dessas políticas.

Ao estudar a distribuição de recursos para combate à fome no sul do Sudão em 1998, o antropólogo Simon Harragin (2004) observou que a falta de conhecimento sobre a cultura local foi um dos principais fatores para insucesso não só do diagnóstico da incidência de fome, mas, principalmente, da efetividade da articulação entre as comunidades locais para consumir a ajuda. Segundo o autor, o sistema de parentesco entre os Dinka, no sul do Sudão, guia uma dinâmica própria e tradicional de alocação de recursos e autoridade entre a população. Uma interpretação equivocada das organizações internacionais que coordenavam as ações humanitárias criou conflitos diretos por enxergarem essa dinâmica como prática de corrupção e

Apesar das pressões, o Estado tem dificuldades sérias em lidar com rápidas transformações. Compreender o público-alvo das ações públicas é fundamental para que as mesmas sejam mais efetivas e eficazes.

patronagem. Em um ambiente caracterizado por fortes tensões na distribuição de recursos e de poder entre indivíduos e tribos, a realocação de recursos segundo as práticas estabelecidas localmente mantinha o equilíbrio político necessário para evitar a violência e maiores conflitos.

Mas então como o Estado pode compreender melhor essa realidade cultural ignorada por sua perspectiva restrita sobre a sociedade?

Ações pioneiras envolvendo novos valores

Diversas ações no âmbito da União Europeia e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, procuram gerar subsídios com relação ao conhecimento cultural para políticas públicas. Um exemplo disso é o *European Social Survey (ESS)*¹ que investiga a opinião, orientação e valores individuais da população de vários países europeus. Os dados resultantes da pesquisa são utilizados para políticas públicas nas áreas de saúde, segurança, educação, entre outros. Outro exemplo, mais específico voltado para políticas educacionais, é o *Teaching and Learning International Survey - TALIS*². O objetivo da pesquisa é conhecer o ambiente e as condições de ensino e aprendizagem na perspectiva dos professores de educação básica além de suas práticas de ensino, seus valores e suas crenças relacionados a educação.

Conforme também expõe Aked (2011) em número anterior desta revista, diversas iniciativas têm procurado dar conta dessa perspectiva mais subjetiva do desenvolvimento sob a égide da ciência do bem-estar. No entanto, em um primeiro momento, falta ao Estado reconhecer a cultura e os valores como fatores de grande influência para o desenvolvimento, como forma de torná-lo mais humano, percebendo quais são as aspirações e necessidades dos indivíduos, não apenas no seu nível mais básico, mas chegando às necessidades mais amplas de criatividade e auto-realização. Após reconhecer isso, um desafio inescapável do Estado será lidar com essas dimensões para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

É razoável supor que, para além das variáveis tradicionalmente analisadas, alguns aspectos mais subjetivos da sociedade, como valores, tenham influência sobre a efetividade de políticas públicas.

¹ www.europeansocialsurvey.org

² www.oecd.org/edu/talis

REFERÊNCIAS:

AKED, J. (2011). **O valor de se construir conexões sociais em projetos de desenvolvimento: perspectivas da ciência do bem-estar**. In: ANDRADE, Melissa e ELSNER, Cristina (Eds) *Redes de Cooperação*. Editora IABS: Brasília.

FUKUYAMA, F. (2005). **Construção de Estados**. Rocco: Rio de Janeiro.

HARRAGIN, S. (2004). **Relief and Understanding of Local Knowledge: The Case of Southern Sudan**. In *Culture and Public Action*, edited by Vijayendra Rao and Michael Walton. Stanford University Press: Stanford, CA.

INGLEHART, R.e WELZEL, C (2009). **Modernização, mudança cultural e democracia. A sequência do desenvolvimento humano**. Editora Francis/Verbena Editora: Brasília.

SCOTT, J. C. (1998). **Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed**. Yale University Press: New Haven.



Paz, agressão e conflito: construindo uma cultura de paz a partir da abordagem gestáltica

Adriana Fittipaldi
Psicóloga, especialista em Gestalt-Terapia

Todo organismo saudável faz uso da agressão no sentido de transformar o novo para poder assimilá-lo e crescer, não com o intuito de aniquilá-lo, o que caracterizaria um ato de violência.

Quando o tema em foco é paz, observa-se que concepções muito diferentes podem emergir, as quais muitas vezes são opostas. É preciso refletir sobre os significados implícitos em cada ação proposta para a geração de uma cultura de paz, pois a filosofia se manifesta concretamente e pode delinear formas bem distintas dependendo das visões que a sustentem. Este entendimento pode auxiliar a trazer para o desenvolvimento uma perspectiva que seja mais humanista, ajudando no trabalho com grupos e comunidades, a partir de uma compreensão mais profunda sobre a experiência humana e os conflitos que lhe são inerentes.

O presente artigo busca discutir três conceitos de grande importância concernentes ao projeto de construção de uma Cultura de Paz: paz, agressão e conflito; promovendo, por meio da abordagem gestáltica, reflexões acerca da subjetividade que permeia ações neste campo, pois, frequentemente, não há consciência sobre esta dimensão por trás do debate sobre a cultura de paz.

Conceito de paz

Você tem clareza sobre qual é a sua visão de paz? Reguladora ou emancipadora? Etérea ou concreta? Estática ou processual? Fruto de unicidade ou integração de diversidade? Favorecida por igualdade ou dominação? Ativa ou Passiva? Resultante de imperturbabilidade da ordem ou de criatividade? Dialógica-conflitiva ou dogmática? Meta de transformação individual, grupal, social e planetária ou abstrata inspiração ideológica? (Guimarães, 2005).

Um questionamento intrigante, proposto por Pierre Weil (1993/2002), criador do seminário *A Arte de Viver em Paz*, pode ser norteador: se a grande maioria da humanidade afirma o desejo de viver em uma Cultura de Paz, já que ela integra a vivência dos valores mais estimados por todos, o que afasta o indivíduo e a sociedade de atingir esse novo patamar do viver e conviver humanos?

A abordagem gestáltica, campo teórico-prático da Psicologia humanista e fenomenológica, apresenta uma discussão acerca do tema que pode enriquecer esse projeto conjunto. Perls, Goodman e Hefferline (1951/1997) propõem que o conceito de paz seja diferenciado em duas vertentes: paz negativa e paz positiva, o que traz à tona o questionamento de outros dois termos que são amplamente empre-

gados em nossa linguagem cotidiana, atrelados ao conceito de violência: agressão e conflito.

A agressão e o conflito

O verbo agredir vem do latim *aggredi*, cuja etimologia *ad-gradi* significa caminhar na direção de, avançar para (Muller, 1995). O *Novo Dicionário Latino-Portuguez* (1996, p.31) traz outras definições para a palavra *aggredior* que não estão relacionadas à violência, como: ir ter, falar com alguém, começar, principiar, empreender.

Afinados com esses significados originais das palavras agressão e agressividade, os gestaltistas apresentam-na como uma função do organismo, um instinto. Para realizar suas necessidades, todo organismo saudável faz uso da agressão no sentido de transformar o novo para poder assimilá-lo e crescer, não com o intuito de aniquilá-lo, o que caracterizaria um ato de violência. A violência não é inerente ao humano, ao passo que a agressão o é. A agressão emerge naturalmente diante do novo e o conflito é precisamente essa novidade desafiadora que desperta e exige o uso da agressão para uma resolução.

A noção tradicional de conflito geralmente o descreve como um fenômeno “negativo, não-desejável, sinônimo de violência, disfunção ou patologia e, conseqüentemente, como algo que é necessário corrigir e, sobretudo, evitar.” (Jares 2002, p. 132). Já de acordo com o modelo crítico-conflitual-não-violento da Educação para a Paz, encara-se o conflito como um processo natural e necessário para o crescimento de pessoas e grupos. Assim, a busca que se coloca para a paz não é a ausência de conflitos, mas o desenvolvimento de meios adequados para uma resolução criativa, justa e não-violenta. O conflito pode ter desdobramentos construtivos ou destrutivos, dependendo do uso adequado da agressão.

Assim, é fundamental distinguir: o conceito de agressão não envolve violência, enquanto o conceito de violência envolve a agressão de forma desvirtuada. A agressão permite que a relação com o outro e com o mundo seja de respeito mútuo e não de dominação ou submissão. A não-aceitação do instinto agressivo como necessário para a vida e sua conseqüente repressão contribui para a instauração da dinâmica violenta. Verifica-se, portanto, que é o pavor da agressão justamente aquilo que precisa ser transformado. Afinal, é o impedimento de manifestá-la de forma saudável para enfrentar conflitos que gera a violência (Fittipaldi, 2007). Entendido estes dois conceitos, é importante ver a sua aplicação dentro das perspectivas de Paz Negativa e Paz Positiva.

Paz negativa e paz positiva

No primeiro contexto, de Paz Negativa, o interesse principal é exterminar o conflito, mesmo que prematuramente. Busca-se driblar o sofrimento que muitas vezes decorre do impasse existente. Entretanto, o novo que emerge a partir da ação não

A paz positiva é então definida como um processo de cooperação e integração entre grandes grupos humanos que aceitam os conflitos e buscam transcendê-los por meio de diálogo e mediação.

é animado por frescas possibilidades, já que em evitar o conflito, não se chega a uma verdadeira resolução.

Nessa situação, ocorre um fracasso diante do desafio. A agressão é exteriorizada de forma contínua para uma das partes provar, com arrogância, que é superior. Por temer a transformação, uma das partes se distrai com a pequena vitória sobre o outro, o que constitui apenas uma ilusão de controle, um falso conflito. Outra possibilidade é a agressividade que se interioriza e assim é dirigida destrutivamente contra si próprio.

Observa-se aqui, uma dinâmica que leva à violência, pois a agressão ao invés de ser aplicada na tarefa que a despertou - a dissolução do conflito e a consequente transformação após o seu enfrentamento - acaba manifestada inadequadamente.

Na Paz Positiva, por meio da identificação e aceitação da real necessidade e interesse presentes, exercendo a agressão de forma precisa, ocorre uma excitação com o conflito, vislumbrando a possibilidade de crescimento que ele promove.

Numa dinâmica saudável, o participante do conflito não se prende por medo da mudança que pode se configurar como ganho ou perda. A travessia do inevitável que se transpõe no caminho já é uma vitória que leva à expansão. A atitude de entrega com consciência permite que as partes envolvidas possam se dedicar ao processo, investindo energia criativa na melhor solução possível, o que traz benefícios para todos.

Verifica-se que esse conceito - paz positiva em Gestalt-Terapia - assemelha-se ao conceito de paz positiva proposto por Galtung (1968/1975) e que foi adotado e ampliado também por outros autores (Weil, 1993/2002; Jares, 2002; Guimarães, 2005) para orientar a proposta de construção de uma cultura de paz. A paz positiva é então definida como um processo de cooperação e integração entre grandes grupos humanos que aceitam os conflitos e buscam transcendê-los por meio de diálogo e mediação.

Ampliando a perspectiva

A partir do que foi discutido, é possível construir um quadro orientador para trabalhos com pessoas, grupos, comunidades e setores da sociedade, que visam ao despertar e cultivo da paz, o combate à violência pessoal, social, e ambiental, o enfrentamento e mediação de conflitos, entre outras vias criativas que buscam promover o desenvolvimento humano, desde o indivíduo até a sociedade, em harmonia com o meio-ambiente. O objetivo é sintetizar os diferentes aspectos do que seriam os dois paradigmas presentes sobre este tema: o Paradigma Tradicional e o Paradigma de uma Cultura de Paz, de modo a ampliar consciência sobre nossas ações. O primeiro lida com a visão de paz negativa, ao passo que o segundo integra a visão de paz positiva e, consequentemente, uma postura crítica-conflitual-não-violenta.

Muitas iniciativas individuais ou globais, civis ou estatais, podem perder em força e eficácia se sua prática não vier junto de reflexões éticas, filosóficas e epistemológicas que questionem os seus fundamentos.

Comparação entre Paradigma Tradicional e Paradigma de uma Cultura de Paz

Temas	Paradigma Tradicional	Paradigma de uma Cultura de Paz
Cultura de Paz	Um estado utópico	Uma construção em movimento constante
Ação para a paz	Intervenção com uma pessoa, grupo, comunidade ou na sociedade	Co-construção criativa com todos os atores participantes na ação
Promotores da Ação	Detentores de um saber prévio, pronto e independente	Detentores de um saber aberto à atualização, ao diálogo
Público alvo	Objetos da intervenção	Sujeitos colaboradores da ação
Resultado	Pré-estabelecido, controlado	Produto da interação
Conflito	Problema	Deparar-se com o novo
Enfrentamento do Conflito	Desafio a ser evitado, pois prejudica e ameaça o desenvolvimento da ação	Desafio a ser cuidado, pois é possibilidade de crescimento diante do novo
Agressão	Instinto causador de violência, cuja manifestação é motivo de receio	Instinto para crescimento, transformação e expansão que pode se manifestar de forma pacífica ou violenta
Manejo da Agressão	Tentativa de repressão com consequente desvio de propósito	Aplicação no conflito que a despertou visando à transformação

Fonte: elaboração própria.

Muitas iniciativas individuais ou globais, civis ou estatais, podem perder em força e eficácia se sua prática não vier junto de reflexões éticas, filosóficas e epistemológicas que questionem os seus fundamentos. A construção de uma Cultura de Paz é um processo positivo e dinâmico, que requer participação e responsabilidade cidadã. Essa compreensão afirma a confiança na potencialidade humana de vivenciar sua liberdade com respeito e ousadia, rumo à expansão da criatividade e dos valores para um existir ético e pleno de sentido, abrindo novas possibilidades para ações dentro da realidade social que se apresenta.

REFERÊNCIAS

- FITTIPALDI, A. Q. (2007). **Construindo uma Cultura de Paz: A Abordagem Gestáltica Como Um Instrumento**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- GALTUNG, J. (1968/1975). **Peace: Research, Education, Action**. Em: Essays in Peace Research. Vol. I. C. Ejlert: Copenhagen.
- GUIMARÃES, M. R. (2005). **Educação para a paz: sentidos e dilemas**. Educus: Caxias do Sul.
- JARES, X. R. (2002). **Educação para a Paz: sua teoria e prática**. (2ª ed). Artmed: Porto Alegre.
- MULLER, J. (1995). **O princípio de não-violência: percurso filosófico**. Instituto Piaget: Lisboa.
- PERLS, F., HEFFERLINE, R. & GOODMAN, P. (1951/1997). **Gestalt-Terapia**. Summus: São Paulo.
- WEIL, 1993/2002; JARES, 2002; GUIMARÃES, 2005. **A arte de viver em Paz**. Editora Gente: São Paulo.

A violência não é inerente ao humano, ao passo que a agressão o é. A agressão emerge naturalmente diante do novo e o conflito é precisamente essa novidade desafiadora que desperta e exige o uso da agressão para uma resolução.



Uma perspectiva para criar **comunidades locais** que promovam a felicidade¹

Takayoshi Kusago
Universidade de Kansai

*A nova abordagem
desejável para o
desenvolvimento
econômico muda o
foco da sociedade
como um todo
para indivíduos
e promove um
ambiente social em
que estes possam
fazer suas escolhas
de vida de maneira
independente para
aumentar o seu
nível de felicidade
ou satisfação com
a vida.*

Por causa do desenvolvimento econômico extraordinário do Japão após a Segunda Guerra, a vida dos japoneses melhorou significativamente. Por outro lado, ao olhar para o nível de satisfação das pessoas com a sua vida, baseado em pesquisa feita pelo governo central do Japão, o percentual combinado de pessoas que responderam que estavam 'satisfeitas' ou 'de alguma forma satisfeitas' com sua vida, diminuiu de 64,2% em 1984 para 39,4% em 2005.

O Japão pós-guerra logrou recuperação econômica e boa performance nas áreas de saúde e educação, mas também pode ser dito que se construiu uma sociedade onde o nível geral de satisfação com a vida está declinando. O que pode ser dito a este respeito? Quais seriam as alternativas para esta forma de ver e promover o desenvolvimento? Este artigo vai explorar alternativas para o padrão convencional de desenvolvimento econômico, utilizando como base a abordagem do desenvolvimento humano e a discussão sobre bem-estar subjetivo.

Desenvolvimento econômico e o bem-estar subjetivo

Até o momento, a abordagem para o desenvolvimento socioeconômico dos países buscou aumentar o nível de vida promovendo crescimento econômico baseado numa política industrial. Em outras palavras, políticas nacionais econômicas têm sido discutidas do ponto de vista do aumento do nível econômico de todo o país. No entanto, a busca por uma sociedade onde os indivíduos possam buscar a felicidade vai demandar uma mudança de direção na abordagem de desenvolvimento econômico que seja diferente da convencional.

É preciso cuidado na elaboração de políticas de desenvolvimento socioeconômico que enfoquem no bem estar subjetivo (BES) individual. Mesmo se as pessoas respondem ter um alto nível de bem-estar, isso não garante que elas estejam em uma situação econômica ou social desejável. Por exemplo, existem momentos em que pessoas muito pobres declaram um nível de bem-estar ou satisfação com a vida surpreendentemente alto.

Ao avaliar desenvolvimento socioeconômico, ao invés de simplesmente confiar na flutuação de um senso individual de bem-estar ou satisfação com a vida, é essencial, ao fazer uso prático destes dados subjetivos, confirmar se os indivíduos possuem um ambiente em que eles possam ter meios de vida apropriados e exercer

¹² Uma versão ampliada deste artigo foi publicada em inglês na Revista Dharma World, Janeiro-Março 2011, Kosei Publishing Co, disponível em <http://www.rk-world.org/dharmaworld>.

seu pleno potencial. Em outras palavras, agora a nova abordagem desejável para o desenvolvimento econômico muda o foco da sociedade como um todo para indivíduos e promover um ambiente social em que estes indivíduos possam fazer suas escolhas de vida de maneira independente para aumentar o seu nível de felicidade ou satisfação com a vida.

A abordagem do **Desenvolvimento Humano**

Na busca por uma abordagem que é centrada no ponto de vista dos indivíduos, o conceito de Desenvolvimento Humano e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), defendido e desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento pode ser útil. Este conceito é baseado na abordagem de ‘capacidades’ de Sen (Sen, 1992). A abordagem de capacidade é uma forma de pensar que busca uma sociedade em que todas as pessoas possam escolher de maneira independente e realizar um estilo de vida que valorizem. Em outras palavras, significa ir além do conceito individual fixo do indivíduo que possui ‘racionalidade econômica’ e ao invés disso, aborda o ponto de vista do estilo de vida que é possível para um indivíduo e o ambiente econômico que aumenta as possibilidades de escolha e auto-determinação de uma dada pessoa.

Com a atual mentalidade, as políticas econômicas são baseadas em bens e serviços disponíveis, sem qualquer consideração para as circunstâncias individuais. Com a abordagem de capacidades, no entanto, o foco é em manter um ambiente socioeconômico que aumente as opções de estilo de vida disponíveis para os indivíduos.

Os indivíduos diferem em idade, gênero, local de moradia, cultura, saúde (incluindo deficiências), ideologia, fé religiosa e de muitas outras formas. A abordagem de capacidades mostra caminhos para criar e oferecer oportunidades para as pessoas aumentarem sua renda, suas opções de emprego, dando oportunidades educacionais, garantindo acesso a cuidados médicos e ajuda às pessoas para responderem a qualquer oportunidade que escolham entre as opções disponíveis de modo a se desenvolverem o máximo possível.

Assim, a seleção de políticas pela abordagem de Capacidades passa por minimizar limites que atrapalham o espectro das escolhas de vida das pessoas. No caso de pessoas com deficiências, por exemplo, a ajuda em acessar cadeiras de roda ou rodovias especiais poderia aumentar suas escolhas de vida e o seu bem-estar.

Propostas para criar uma sociedade que promova a felicidade das pessoas

Propõe-se dois encaminhamentos concretos do que seria necessário para criar uma sociedade que aumentasse o potencial do indivíduo, ajudando-o a fazer escolhas livres no uso de suas capacidades, enfocando no que faria este indivíduo mais feliz e satisfeito com sua própria vida.

O quesito urgente para a felicidade dos indivíduos passa por uma sociedade em que as pessoas possam se apoiar mutuamente.

As políticas deveriam estimular questões como tempo com a família, voluntariado e atividades que fomentem conexões horizontais. Políticas que criam um equilíbrio entre trabalho, tempo com a família e a comunidade deveriam ser introduzidas.

Uma nova abordagem proposta para o Desenvolvimento Socioeconômico	
Abordagem convencional	Abordagem alternativa sugerida
Objetivo: ser um potência econômica	Objetivo: ter uma sociedade onde cada um possa se desenvolver possuindo um alto padrão de vida, vivendo o seu potencial e buscando a sua felicidade.
Políticas: para a promoção do crescimento econômico	Políticas: para construir boas relações humanas e sociais, construir infra-estrutura, criar trabalho e condições mínimas de vida, respeitar todos os seres.
Indicadores: Produto Interno Bruto, anos de escolaridade, longevidade	Indicadores: índice de Desenvolvimento Humano, Felicidade Nacional Bruta, índices de bem-estar
Atores centrais na elaboração da política: governo central, especialistas	Atores centrais na elaboração da política: governo local e pessoas localmente de maneira cooperativa.

1. Construir ‘bases de dados de painéis de vida’ e criar novos indicadores para avaliar o bem-estar

Até o momento, os méritos e deficiências das condições econômicas de uma dada sociedade foram avaliados usando uma combinação de indicadores econômicos e indicadores sociais de maneira separada. É difícil com esta abordagem obter uma visão compreensiva da qualidade de vida baseada em questões como economia, educação, saúde, meio-ambiente e relações sociais. Assim, propõe-se um sistema para avaliar a qualidade de vida dos indivíduos que monitore tendências baseadas em indicadores sociais e econômicos objetivos e avaliação de vida subjetiva em áreas chaves como saúde, educação, economia, cultura, meio-ambiente e relações sociais, entre outras. Propõe-se criar indicadores diferentes para desenvolvimento econômico. Há esforços recentes como as reformas do Índice de Desenvolvimento Humano nos EUA, a Felicidade Interna Bruta (FIB) no Butão e o Índice Canadense de Bem-estar.

2. Rever padrões de seleção de políticas

Para criar uma sociedade baseada no bem-estar, é preciso mais do que simplesmente criar índices. O tipo de política elaborada é fundamental. Isso envolve aproveitar o que é aprendido nas pesquisas sobre bem-estar e mudar a ordem de prioridades na seleção de políticas. Por exemplo, na medida em que uma lista de políticas é elaborada, a prioridade deveria ser dada a políticas que apóiem o fortalecimento das capacidades das pessoas, como políticas de emprego para aqueles que estão desempregados ou trabalhadores temporários; políticas sociais que estimulem relações entre as pessoas, da mesma forma como aquelas que assegurem oportunidades educacionais e ofereçam serviços médicos como um direito humano básico. Além disso, estas políticas devem estimular questões como tempo com a família, voluntariado e atividades que fomentem conexões horizontais. Políticas que criam um equilíbrio entre trabalho, tempo com a família e a comunidade deveriam ser introduzidas. Ainda que o desenvolvimento baseado exclusivamente em crescimento econômico tenha trazido grandes ganhos devido à tecnologia industrial avançada, a competição econômica intensa leva as empresas a diminuírem seu tamanho para aumentar lucros numa economia globalizada. Isso prejudica as pessoas e os laços entre elas que formam a base de uma sociedade desejável.

Uma síntese

Hoje, o quesito urgente para a felicidade dos indivíduos, além de reafirmar a importância da ligação entre as pessoas, passa pela mudança de uma sociedade que cessa de destruir os elementos-chaves para a promoção de maiores níveis de bem-estar a uma sociedade em que as pessoas possam se apoiar mutuamente. Para a construção de uma sociedade onde as pessoas possam viver felizes, ter esperança no futuro e se sentirem satisfeitas, é essencial descartar idéias que tratam simplesmente de desenvolvimento econômico nacional e estabelecer metas para tornar as pessoas, cidadãos auto-confiantes e iluminados.

Propõe-se um sistema para avaliar a qualidade de vida dos indivíduos que monitore tendências baseadas em indicadores sociais e econômicos objetivos e avaliação de vida subjetiva em áreas-chaves como saúde, educação, economia, cultura, meio-ambiente e relações sociais, entre outras.

REFERÊNCIAS

SEN, A. (1992). **Inequality Reexamined**. Clarendon Press: Oxford.



Encontro do espírito científico com a alma indígena: uma experiência de humanização nos tempos da Rio + 20

Othon Henry Leonardos e Marco Aurélio Bilibio
Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília

A alma indígena é tão bela como o vôo das araras, seu drama é não ser reconhecida como, de fato, ela é.
Roberto Gambini.

De todas as doenças do espírito humano, a fúria de dominar é a mais terrível.
Voltaire

Há algo desumano ou desalmado na experiência humana em seu desenvolvimento econômico contemporâneo. É o espírito humano separando-se das relações que lhe conferem existência, identidade, essência e sustento, isto é, da sua própria alma que fica esquecida no chão nativo de quem dele se desgarrou.

Nosso tempo vive um paradoxo de se humanizar o humano que se está deixando de ser, que não deu certo, para sê-lo ainda mais, de outra maneira. Em termos mais diretos, torna-se imperativa uma cooperação e uma solidariedade efetiva e eficaz nas trocas humanas entre si e com o território em que se habita. Esta reflexão se torna especialmente relevante neste momento em que se aproxima a Rio + 20. Este artigo vai tratar dos princípios e valores do desenvolvimento sustentável, do resgate da sabedoria indígena e do que seria uma nova humanização do desenvolvimento.

Princípios e Valores: **a carta da terra e o desenvolvimento sustentável**

Há certos momentos de inquietação histórica em que o passado se coloca à frente de uma sociedade para ser ultrapassado. Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento popularizada como Rio 92, um número recorde de representantes de 179 países aprovou por consenso uma Agenda para o século presente (Agenda 21) inaugurando a era e o paradigma do **desenvolvimento sustentável** com a promessa de elaboração de uma Carta da Terra com seus princípios e valores. Seu nome anterior, **eco-desenvolvimento**, etimologicamente auto-explicativo, foi ali vetado por Henry Kissinger, representante dos Estados Unidos. O representante americano induziu, então, sua substituição pela expressão desenvolvimento sustentável, cuja contradição semântica embutida permitiria ao seu país continuar na liderança das nações mantendo sua economia sem a sustentabilidade ecológica que se pretendia, então, exigir. Esta carta magna de princípios e valores ficou adiada para a Rio +5.

Desde então, não houve mais consenso entre as nações sobre onde estaria a mudança paradigmática tão necessária. Os princípios e valores do paradigma que se pensava haver construído, dissolveram-se gradativamente em cartas da terra, desde locais e regionais a continentais. Perderam-se na indiferença de arquivos sonolentos de seus países e no medo dos governantes em isoladamente assumi-las.

Sem princípios e valores acordados entre as nações, o conceito do desenvolvimento sustentável ficou livre para ser apropriado, usado e vilipendiado por governos e mercados. A esperança de construção paradigmática para um mundo ecologicamente responsável iniciada em Estocolmo em 1972, intensificada no Rio de Janeiro em 1992, adiado na RIO +5, iludido na RIO +10 (Johanesburgo) sobrevive hoje refugiada sob a proteção da ciência ambiental e da sustentabilidade. Oxalá esse sonho coletivamente construído pela comunidade das nações há 40 anos possa ser mais do que remendado, alcançando sua plenitude na RIO +20.

Despatologizando e descolonizando para humanizar: a sabedoria indígena

As discussões da RIO +20 e todo o debate sobre um novo possível paradigma para o desenvolvimento podem e devem se beneficiar da sabedoria dos povos tradicionais. Por estar ainda inacabado, o *Homo* atual, necessita estar continuamente aberto para receber educação e consciência da própria TERRA e do território do qual faz parte (Gadotti, 1998, Leonardos & Costa, 2009) protegendo-se do ardil das metodologias do espírito colonizador que lhe quer servir. De acordo com a sabedoria Navajo, a natureza inteira pode ensinar o segredo para encontrar seu caminho de beleza, desvelando seus mistérios. O ser humano só será de fato, sapiens quando superar as doenças da desmesura (*hybris*), típica da sociedade ocidental. Estas anomalias conhecidas como *pleonexia* (excesso de ambição de poder, ganância), *filargiria* (excesso de ambição ao dinheiro, avareza), *hiperfania* (excesso de aparecer, manifestar) crescem no vácuo ético da modernidade tecnológica que ora se globaliza (Bartholo et al., 2000).

Em comunidades indígenas da Amazônia, a pessoa que caça o que não irá alimentá-la recebe o sopro (espírito) do panema e a partir daí não mais terá sorte em tudo que faz. Na narrativa épica do demiurgo Gilgamesh, escrito há 50 séculos na Mesopotâmia, ele perde a imortalidade quando destrói a floresta entre o Tigre e o Eufrates. Na sua clássica "Metamorfose", Ovídio relata o mito do grego Eríciton que ao destruir a árvore da vida, onde moram as ninfas, recebe o sopro da fome insaciável que o faz devorar tudo ao redor: seus vizinhos, a filha que tanto ama e a si próprio. Estes mitos registram bem a tragédia humana quando um filho da Natureza profana bosques e matas, morada dos espíritos e divindades protetoras. Todas essas narrativas arquetípicas de autodestruição revelam sintomas patológicos do espírito humano colonizador "na sua fúria de dominar o outro", seja ele a floresta onde vive ou seus próprios vizinhos da comunidade humana em que vive.

Nas relações econômicas de populações tradicionais, o dar, receber e retribuir (Mauss, 1989) é o corolário do equilíbrio econômico material e imaterial que pode ser paulatinamente ampliado para humanizar as trocas entre e dentro das nações. Num sistema natural onde nada se perde e tudo se transforma, a soma das trocas é zero; não há lixo nem sobras, mas sim, uma retroalimentação sadia entre todos.

*Numa nova
ética, o humano
dentro de nós
pode reaprender
com nossos
companheiros
indígenas as
coisas que nossos
antepassados
esqueceram:
acompanhar o
fluxo dos rios, das
flores e entender
com o coração,
a ciência de
conservação da
natureza, seus
saberes e sabores.*

*No centro
de qualquer
redemoinho existe
uma paz efêmera.
Nessa pausa,
o ser humano
eco-consciente
saberá encontrar
o espaço do
dervixe dançante
e a integridade de
seu eixo humano.
Aqui, no vórtex de
seu girar, onde há
vazio e silêncio,
os pensamentos
cessam e o espírito
inquieta se acalma.*

Bem diferente é o hedonismo do consumo sem fim praticado pelo homem econômico racional da economia neoclássica que quer tudo para si, num sistema onde todos competem para ter cada vez mais.

A lição que se tira de tudo isto é que para humanizar o desenvolvimento da espécie humana faz-se necessário que o próprio homem se curve diante de si mesmo e perceba que o (des)humano que está fora, também está dentro. A luta externa é também interna. A consciência humana pode e necessita expandir-se. Uma nova ética já começou a ser compartilhada e seu espírito está materializando-se na letra de leis que pressionem o Estado para promover justiça. A Constituição de 1988, sob o espírito dos seus artigos 225 e 231 e não a Agenda 21 é que vem, de fato, impedindo a aceleração do desenvolvimento desumano. Não se pode mais praticar genocídio indígena à luz do dia como política de amealhar novas terras e garantir safras recordes nem tampouco descodificar a pouca proteção dos rios e florestas que ainda resta, para aumentar a “plantation”.

Nesta nova ética, o humano dentro de nós pode reaprender com nossos companheiros indígenas as coisas que nossos antepassados esqueceram: acompanhar o fluxo dos rios, das flores e entender com o coração, a ciência de conservação da natureza, seus saberes e sabores. As palavras da sabedoria Yanomami sobre os processos da natureza (Kopenawa & Albert, 2010), tanto como artigos científicos de vanguarda como “Ciência ou Xamanismo” sobre química de plantas (Gotlieb & Borin, 2002) podem chegar às mesmas conclusões. Saberes indígenas têm sido discutidos no mesmo patamar, ou mesmo com superioridade de condições, com a ciência convencional como mostram artigos publicados por indígenas e renomados cientistas no livro “Manejo do Mundo”. Nele, como em Kopenawa & Albert (op.cit) são reveladas sabedorias milenares sobre a dinâmica das chuvas e o quão importante é a preservação da floresta para a manutenção dos rios voadores que exportam umidade para o sul do país (Nobre, 2011).

Sustentabilidade e o resgate da sabedoria indígena

Ainda hoje o processo colonizador permanece e cresce. Ao perceber o drama oculto da alma brasileira - título de aula magna de Roberto Gambini no curso de especialização em indigenismo e desenvolvimento sustentável é que professores do Centro de Desenvolvimento Sustentável e de outros departamentos da UnB construíram o primeiro mestrado indígena do país com o apoio do Ministério da Cultura, Ministério da Defesa, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). Baseado nos princípios de autoria, protagonismo e paridade indígena e do diálogo de saberes, com abordagem histórico-espacial inter e transdisciplinar, o curso busca aprofundar, harmonizar, articular e integrar, com professores e alunos, informação, conhecimento e saber

subjacentes ao tema central do curso: sustentabilidade junto a povos e terras indígenas. Dentre eles destacam-se os conceitos de alteridade, justiça, direito, identidade, pertencimento, territorialidade, memória, imaginário, oralidade, patrimônio, complexidade, resiliência, ecossistema, biodiversidade, diversidade cultural - destacando-se a responsabilidade do indigenista face aos grandes problemas de nosso tempo, relacionados com a sustentabilidade da teia da vida e a relação entre ser humano e natureza.

A boa notícia é que no centro de qualquer redemoinho, entretanto, existe uma paz efêmera, onde tudo pesa para fora (Rosa, 1946) e os novos tecidos e parcerias que lá chegam podem iniciar um giro gradual ao contrário, invertendo o fluxo dominante da economia competitiva para um sistema cooperativo. Nessa pausa, o ser humano eco-consciente saberá encontrar o espaço do dervixe dançante e a integridade de seu eixo humano. Aqui, no vórtex de seu girar, onde há vazio e silêncio, os pensamentos cessam e o espírito inquieto se acalma. É quando o coração vai realinhá-lo e equilibrá-lo com a alma serena. Assim, surgirá o momento para o ser humano escutar a si próprio e fazer a leitura da sociedade de seu tempo, logrando (re)-humanizá-la com novos princípios e valores.

A lição que se tira de tudo isto é que para humanizar o desenvolvimento da espécie humana faz-se necessário que o próprio homem se curve diante de si mesmo e perceba que o (des)humano que está fora, também está dentro.

REFERÊNCIAS

- BARTHOLO, R., BURSZTYN, M. & LEONARDOS, O.H. (2000). **Science and Ethics to sustainability**. In Rocha Miranda, E. Transition to Global Sustainability. Brazilian Academy of Sciences.
- GADOTTI, Moacir (1998). **Pedagogia da práxis**. 2.ª ed.. Cortez: São Paulo.
- GOTTLIEB, O. R.; BORIM, M. R. de M. B. (2002). **Quantitative Chemobiology: A Guide into the Understanding of Plant Bioactivity**. Braz. Chem. Soc., 13(6), 772-776.
- MAUSS, M. (1989) **Ensaio sobre a dádiva**. Edições 70: São Paulo.
- NOBRE, A.D. (2011). **Floresta e Clima, Saber Indígena e Ciência**. In FOIRN/ISA Manejo do Mundo.
- KOPENAWA, D. & ALBERT, B. (2010). **Lachute du ciel, Paroles d'un chaman yanomami**. Terre Humaine: Plon.



A emergência de um novo paradigma na Assistência Social Brasileira

Renato Francisco dos Santos Paula

Universidade Federal de Goiás (UFG), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) gestão 2010-2012

No SUAS, o aspecto humano presente nas relações sociais, em especial nas relações configuradas por situações de contingência, riscos e vulnerabilidades sociais se torna o eixo norteador da configuração das ofertas públicas.

Sem sombra de dúvidas a Assistência Social é a mais antiga das atenções públicas voltadas ao atendimento de necessidades humanas fundamentais. É comum o entendimento de que a única possibilidade de “humanização” pela via da política pública se dá pela atenção prestada ao indivíduo, ocasionando assim sua transformação pessoal. No caso da assistência social brasileira, esta é apenas uma das suas dimensões. No Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, sistema que materializa os conteúdos da política de Assistência faz-se uma clara opção pelo empoderamento dos sujeitos pela via das suas relações, sejam elas familiares, grupais, ou comunitárias. Este artigo trata da evolução da assistência social no Brasil com seus aspectos empoderadores, identificando seu olhar humanista.

Para que a Assistência Social consolide seu lugar no rol das políticas sociais setoriais o seu “olhar para o indivíduo” difere do olhar da Saúde quando esta trata de patologias da mente e do corpo, da Educação quando esta se atém à formação da personalidade e transmissão de valores, da Cultura quando esta trata das manifestações livres da vontade e assim por diante. Seu escopo em atender situações de contingência decorrentes das violações de direitos a leva a centralizar sua atenção nas sociabilidades coletivas, sem prejuízo do processo de individuação dos sujeitos.

A Assistência Social em *terras brasilis*

Por aqui, os nossos esquemas de proteção social têm origem no campo filantrópico confessional. As mudanças começam quando o país inicia seu ciclo de industrialização e urbanização num momento que coincide com a chegada de imigrantes europeus. Esses trazem consigo uma tradição de organização classista e que leva o governo brasileiro a implantar medidas que atendam ao menos em parte as reivindicações desses trabalhadores. É assim, que nos anos 30 do século XX surge a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e junto a ela uma gama de políticas sociais de caráter tutelador, paternalista, que torna seus beneficiários mais dependentes do que “emancipados”. Estas características da nossa política social se mantêm e mesmo no interregno da ditadura civil-militar não são alteradas. Somente após o processo de redemocratização em fins dos anos 1980 é que ventos da mudança começam a surgir.

A Assistência Social, embora mais antiga que as demais, permanece circunscrita ao

âmbito da solidariedade civil. Essa lógica permanece mesmo nos chamados Estados de Bem-Estar Social, *Welfare State*, pois ainda que tenham seu braço provisor ampliado, a centralidade das provisões sociais estatais recai sobre o seguro social (previdência) e de modo secundário na saúde, nas provisões de moradia e educação. A Assistência Social permanece residual, focalizada em segmentos específicos – quase sempre estigmatizados – e com um forte componente de seletividade.

Os ventos da mudança

A movimentação democrática que marcou o fim da ditadura civil-militar se expressa, pelo menos em parte na Constituição Federal de 1988. Nela, no capítulo que trata “Da Ordem Social” figura a necessidade de instituição de um sistema de seguridade social que congregue esforços convergentes nos campos da saúde, da previdência e da assistência social (artigo 194) voltados à promoção e proteção social dos cidadãos brasileiros.

Cinco anos mais tarde, uma nova conquista. A Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social, a Loas, detalha os dispositivos constitucionais que versam sobre a Assistência e abre caminho para alterações significativas no seu modelo de gestão e na forma de prestação de seus serviços. Em dezembro de 2003 é realizada a IV Conferência Nacional de Assistência Social e de lá sai a deliberação de que a Assistência Social brasileira deverá ser materializada por meio de um sistema unificado de gestão chamado Sistema Único de Assistência Social, o Suas.

O Suas e a humanização

Podemos verificar as mudanças com a instituição do Suas em diversas direções, das quais destacamos duas e apontamos para o seu caráter humanista. A primeira ordem de mudanças diz respeito à gestão e operação dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados em seu âmbito. Com uma nova racionalidade, essas ofertas são organizadas em todo território nacional, de modo hierarquizado e complementar, articulando oferta pública e privada em torno do cumprimento de objetivos comuns. O financiamento e a transferência de recursos é desburocratizada pelo sistema Fundo-a-Fundo e a sociedade civil vê suas possibilidades de participação se ampliarem com o fortalecimento do controle social.

Contudo, é importante destacar uma segunda ordem de mudanças que diz respeito à concepção da política e do Sistema. No SUAS, o *aspecto humano* presente nas relações sociais, em especial nas relações configuradas por situações de contingência, riscos e vulnerabilidades sociais se torna o eixo norteador da configuração das ofertas públicas. O Sistema passa a se ancorar no entendimento de que a política pública deve enfrentar as situações de vulnerabilidade e risco em que se encontram as pessoas e não elas próprias, em outros termos, a política deve enfrentar a pobreza e não “os pobres”. Essa mudança conceitual afeta diretamente a cultura

No Sistema Único de Assistência Social faz-se uma clara opção pelo empoderamento dos sujeitos pela via das suas relações, sejam elas familiares, grupais, ou comunitárias.

tuteladora e paternalista histórica da Assistência Social brasileira. Ao trazer como eixo estruturante do SUAS o princípio da territorialização, a política admite que as relações sociais acontecem nos territórios onde os sujeitos sociais e históricos vivenciam e experienciam sua dinâmica cotidiana. Esse território, sobretudo, os chamados territórios vulneráveis, apresentam debilidades decorrentes da falta de investimento público, mas apresentam também potencialidades. Deste modo, a instituição dos Centros de Referência de Assistência Social, os CRAS, uma inovação do SUAS, significa a possibilidade de estimular a criação e emergência de alternativas que nasçam dos próprios indivíduos que ali vivem e estabelecem suas relações cotidianas.

As equipes de referência contam prioritariamente com um profissional Assistente Social e um profissional Psicólogo, responsáveis pelo atendimento precípua que pressupõe não apenas encaminhamentos à rede de serviços sociais fundamentais, mas também orientação e abordagens socioeducativas que instrumentalizam e fortalecem as famílias para acessar em melhores condições seus direitos disponibilizados em outros serviços, além dos serviços da própria Assistência Social.

Em outro grau de complexidade, a rede socioassistencial do Suas também prevê intervenções naquelas situações onde os direitos fundamentais são violados e vínculos relacionais e de pertencimento estão frágeis ou rompidos. Nestes casos, a referência são os Centros de Referência Especializados de Assistência Social, os CREAS, que também contam com a equipe psicossocial acrescida de profissionais do campo do direito, dentre outros.

Ambas equipes, tanto dos CRAS quanto dos CREAS procuram realizar suas ações em articulação com outros serviços da Assistência e de outras políticas devido ao entendimento de que os sujeitos de direitos devem ser entendidos e atendidos na sua integralidade. Com isso, materializa-se um outro princípio do SUAS que é a intersetorialidade.

Com isso descortina-se um mito reinante na área social que é a apartação conceitual e política entre proteção e promoção social. Para o SUAS, *proteção e promoção* formam um duo-dialético indissociável. As ações mencionadas de proteção só encontram razão e sentido histórico se a promoção do indivíduo e sua família lhe for intrínseca.

Atualmente, 99,8% dos municípios brasileiros e 100% dos estados aderiram ao SUAS. Deste modo, podemos registrar experiências significativas naquilo que tem sido chamado de “empoderamento” dos indivíduos e famílias. Por se tratar de uma política de Estado e diferir-se substantivamente da política de educação, de saúde e de cultura, a Assistência Social Brasileira superou seu passado de ações de “reparação do caráter” de indivíduos com comportamentos desviantes que marcou sua origem nos anos 1930 para se preocupar com a organização e a formação de sujeitos coletivos conscientes e cidadãos. É o caso, por exemplo, das diversas asso-

As experiências de “empoderamento” dos indivíduos e famílias incluem as diversas associações de mães do Programa Bolsa Família, dos núcleos e clubes de juventude dos adolescentes do Programa ProJovem Adolescente, das cooperativas de reciclagem e coleta de resíduos sólidos.

ciações de mães do Programa Bolsa Família, dos núcleos e clubes de juventude dos adolescentes participantes do Programa ProJovem Adolescente, das cooperativas de reciclagem e coleta de resíduos sólidos criadas a partir da organização dos catadores e do fortalecimento do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua, dentre outras iniciativas.

O SUAS implica uma mudança conceitual significativa na Assistência Social pois é a possibilidade efetiva de que suas ofertas viabilizem direitos e tornem seus usuários autônomos e capazes de se fortalecer e se incorporar as lutas que visam garantir uma sociedade mais justa e igualitária.

Por isso a opção de atender as necessidades sociais possíveis a seu setor é fomentar o empoderamento do indivíduo pela via da construção da cidadania, que inevitavelmente é coletiva. A reconfiguração do atendimento na área atesta o aspecto de humanização nas relações que se estabelecem entre os prestadores de serviços sociais e o público.

Para o SUAS, proteção e promoção formam um duo-dialético indissociável. As ações mencionadas de proteção só encontram razão e sentido histórico se a promoção do indivíduo e sua família lhe for intrínseca.

Reinventando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: incluindo a sociedade civil

Bianca Suyama e Luara Lopes
Articulação SUL

Vivemos um momento ideal para revisão das políticas e práticas da arquitetura da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). As crises transnacionais – financeira, alimentar, climática e energética – necessitam de soluções e esforços globais para mitigar suas consequências negativas. Nesta conjuntura, novos atores - como as organizações da sociedade (OSC) e as chamadas potências emergentes - têm provocado mudanças significativas nas agendas multilaterais sobre temas econômicos, políticos e de segurança internacional. Trata-se de uma “revolução tripla”¹, caracterizada pela multiplicidade de objetivos, atores e instrumentos da cooperação, levando a um questionamento da definição da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD)⁴.

¹ Conceito cunhado por SEVERINO e RAY (2009). *The End of ODA: Death and Rebirth of a Global Public Policy*. Working Paper 167. Center for Global Development: Washington.

² Para uma discussão sobre os fóruns de alto nível ver CAMPOS, R. P.; LIMA, J. B.; LOPES, L. L. (Nov, 2011). Os fóruns de alto nível da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE): limites e perspectivas da posição brasileira na agenda sobre efetividade da ajuda internacional. *Boletim de Economia e Política Internacional*. IPEA: Brasília-DF e ESTEVES, P.; MAIA, F. N. C.; ABREU, A.; NIV, A.; ASSUNÇÃO, M. (2011). *BRICS, Cooperação para o Desenvolvimento e o Fórum de Busan*. Policy Brief. BRICS Policy Centre: Rio de Janeiro.

³ A declaração, que traz um plano de cinco anos para reformar as práticas da ajuda internacional e para melhorar sua implementação, engloba cinco princípios: apropriação, alinhamento com as prioridades dos países, harmonização dos doadores, gestão para resultados e responsabilização mútua para estes resultados.

O atual contexto reforça a importância da CID, não só como campo de ação, mas também como espaço dinâmico de discussão política. Este artigo busca sistematizar a experiência da sociedade civil no debate sobre a Eficácia da Ajuda, tradicionalmente conduzido pelo Comitê de Assistência para o Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CAD-OCDE).

A partir de 2007, a sociedade civil se mobilizou de forma ativa e sistemática para influenciar as discussões, utilizando janelas de oportunidade e alianças com governos simpatizantes para buscar novos consensos. Esta ação coletiva, somada ao protagonismo das potências emergentes, possibilitou a transformação do que parecia ser uma questão técnica sobre a gestão dos recursos dedicados à *ajuda internacional* para uma agenda mais ampla sobre o desenvolvimento.

Da eficácia da ajuda à Parceria Global para o Desenvolvimento

O CAD-OCDE organizou, na última década, fóruns para tratar da eficácia da ajuda internacional². O primeiro aconteceu em Roma, em 2003, mas a temática ganhou proeminência apenas em 2005, no fórum do qual resultou a Declaração de Paris³ (Reality of Aid, 2007). A sociedade civil global, em geral, reconheceu as intenções contidas na Declaração. No entanto, apontou a necessidade: da ampliação dos acordos para uma real apropriação democrática, reconhecendo o papel da sociedade civil; de alterações na arquitetura da cooperação internacional para aumentar sua abrangência e legitimidade; e da eliminação das condicionalidades, assim como do aumento da transparência para corrigir o desequilíbrio de poder nas relações

doador/recipiendário.

Durante os trabalhos preparatórios para o III Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda, cria-se em 2007, pela primeira vez, um espaço institucionalizado de participação da sociedade civil dentro do CAD OCDE: o Grupo Assessor sobre Eficácia da Ajuda da Sociedade Civil⁴ (AG, na sigla em inglês). O escopo de discussão foi limitado à definição dos papéis da sociedade civil no desenvolvimento e de que maneira a Declaração de Paris se aplicava a estes atores.

Grande parte das propostas da sociedade civil foi articulada no âmbito do Grupo Internacional de Coordenação⁵ (ISG, na sigla em inglês), destinado a mobilizar a sociedade civil global em torno de um debate amplo e independente (International CSO Steering Group, 2008). Os dois grupos, AG e ISG, coordenaram as suas atividades, realizaram consultas nacionais e regionais, produziram estudos sobre o impacto da cooperação nos diferentes países e elaboraram posicionamentos conjuntos, os quais tiveram influência na definição da agenda e resultados dos fóruns oficiais (Advisory Group on Civil Society and Aid Effectiveness, 2007 & Eurodad, 2008).

O III Fórum de Alto Nível, que aconteceu em Acra em 2008, pode ser considerado um marco da participação da sociedade civil no debate internacional sobre a eficácia da ajuda. Ele foi antecedido por um evento paralelo com mais de 600 representantes de OSCs, que elaboraram recomendações para o Fórum governamental⁶. O documento final, a Agenda de Ação de Acra (AAA), explicita a necessidade de aprofundar e apoiar a participação e liderança das OSCs, entendidas como “atores independentes de desenvolvimento em pleno direito”.

O ISG reconheceu que a ampliação do conceito de “apropriação”, a maior atenção à transparência, e o reconhecimento que a “igualdade de gênero, respeito pelos direitos humanos e a sustentabilidade ambiental” são alicerces do desenvolvimento, demonstrando um avanço da AAA. No entanto, ressaltavam que estes aspectos ainda deveriam ser aprofundados no próximo Fórum. Por fim, vale mencionar que, desde então, a sociedade civil destacava a necessidade de substituir a expressão “Eficácia da Ajuda” para “Eficácia do Desenvolvimento”.

A partir de Acra, duas iniciativas globais da sociedade civil foram lançadas: o *Fórum Aberto para a Eficácia das OSCs no Desenvolvimento* e o *BetterAid*. O *Fórum Aberto* foi uma iniciativa global intersetorial de OSCs, que se comprometeram a realizar um processo independente de definição de princípios orientadores e ambiente favorável para que as tais organizações pudessem cumprir seu papel como atores do desenvolvimento. O resultado deste processo seria apresentado no IV Fórum de Alto Nível, agendado para 2011 em Busan, Coreia do Sul.

Já a plataforma *BetterAid*⁷ mobilizava a sociedade civil para os debates substanciais da CID (BetterAid, 2009). Em outro sinal de abertura, o Grupo de Trabalho da OCDE sobre Eficácia da Ajuda transformou-se na *Parceria Internacional sobre Eficácia da Ajuda*. Grupos de trabalho *multi-stakeholder* foram formados para analisar o pro-

⁴ Esse grupo era formado por três países do Norte (Canadá, França e Noruega), três do Sul (Nicaragua, Zâmbia e Ruanda), três representantes da sociedade civil do Norte (Action Aid Internacional, CARE, CCIC) e três do Sul (Afrodad, The Reality of Aid/IBON Foundation e Third World Network Africa).

⁵ O ISG-CSO foi criado no Fórum Social Mundial de Nairobi em 2007 para organizar o evento paralelo da sociedade civil e era composto por 18 organizações e redes de diversos países e regiões.

⁶ Os temas eram: apropriação, harmonização, gestão por resultados e impacto do desenvolvimento, alinhamento, prestação de contas mútua, aplicando a abordagem setorial, o papel da sociedade civil, efetividade da ajuda em países frágeis, a arquitetura da ajuda.

⁷ A plataforma Better Aid reúne mais de 700 organizações internacionais da sociedade civil. O grupo coordenador (BetterAid Coordinating Group) é composto por 31 redes de OSCs e ONGs.

⁸ A sua composição foi ampliada para incluir: países recipiendários, países que recebem e prestam assistência, países doadores da OCDE, organizações multilaterais, OSCs, fundações, governos locais e parlamentares. Os grupos concentravam-se nos seguintes temas: apropriação e prestação de contas; sistemas nacionais; transparência; avaliação de progresso; gestão por resultados; abordagens setoriais e Cooperação Sul-Sul. Tais grupos permitiram a sociedade civil uma oportunidade inédita de influenciar as discussões oficiais, com acesso irrestrito a documentos e reuniões.

⁹ De 2008 a 2011, o BetterAid produziu diversos relatórios, incluindo: “Eficácia do desenvolvimento na cooperação: uma perspectiva baseada em direitos”, “Cooperação Sul-Sul”, “Uma arquitetura da cooperação para o desenvolvimento justa: princípios e pilares de governança”. Relatórios disponíveis em www.betteraid.org

¹⁰ Da reunião de Outubro de 2011 resultou a Declaração de Organizações da Sociedade Civil Brasileira sobre a Cooperação Internacional e a Eficácia do Desenvolvimento: País Cooperante, Sociedade Cooperante, que reunia recomendações de algumas OSCs brasileiras para o Fórum em Busan.

¹¹ O encarte do *Le Monde Diplomatique* Brasil (Brasil, América Latina e a cooperação internacional. Instituto Polis. São Paulo, Agosto 2011) com diversos artigos e a nota de Fátima Mello (MELLO, F. A cooperação brasileira em um mundo em transição. FASE, Setembro de 2011) são alguns exemplos.

¹² A inclusão e participação das potências emergentes – China, Índia e Brasil em particular – foi um dos focos do CAD na preparação do Fórum. As conversas de bastidores durante o evento era de que o sucesso seria medido pela adoção, ou não, de tais países à declaração final. Diversas concessões foram feitas no texto final para assegurar este “sucesso”.

¹³ Um grupo multi-stakeholder será responsável por propor a estrutura deste fórum de governança até Junho de 2012.

¹⁴ Princípios de Istambul, e o Marco Internacional para sua implementação foram resultados dos processos do Fórum Aberto.

gresso feito desde Paris, definir a agenda do próximo Fórum e propor novos caminhos para a CID pós-Busan⁸. O *BetterAid* coordenou a participação da sociedade civil nos grupos, a fim de assegurar que a agenda de discussão em Busan refletisse suas demandas e ampliasse o escopo de negociação do rascunho da declaração final.

De Acra a Busan, estas duas plataformas tiveram um papel fundamental demonstrado não apenas pela participação em grupos formais do CAD-OCDE, mas também pela ampliação e politização de um debate que até então era visto como restrito, processual e tecnocrata. Mais de seis mil pessoas participaram das consultas realizadas, buscando assegurar que as vozes daqueles que deveriam ser os principais beneficiários da cooperação, os grupos mais pobres e marginalizados, pudessem debater e influenciar as políticas e práticas que têm impacto direto sobre suas vidas. Baseados nestas discussões, foram produzidos relatórios com base em evidências para orientar as decisões políticas⁹.

Vale ressaltar que a Associação Brasileira de ONGs (ABONG), em diálogo com o *BetterAid* e o *Fórum Aberto*, organizou duas reuniões para promover o debate, trocar informações e coordenar posicionamentos¹⁰. A publicação de notas públicas e artigos também conferiu visibilidade ao tema no Brasil, reconhecendo as transformações em curso no sistema da cooperação internacional e o desafio das OSCs brasileiras, de aprenderem a se mover em um contexto de profunda reconfiguração do campo¹¹.

Durante o Fórum de Busan, 300 representantes da sociedade civil estavam presentes. A Declaração final, a *Parceria de Busan para Eficácia da Cooperação para o Desenvolvimento*, ilustrou a força e importância dos países emergentes e a nova realidade geopolítica¹². A criação da *Parceria Global para o Desenvolvimento* reconhece os papéis distintos dos atores envolvidos na cooperação, e a necessidade da transição deste debate para um fórum mais legítimo¹³.

Algumas das demandas tradicionais da sociedade civil foram incluídas na declaração: a apropriação democrática, os Princípios de Istambul para Eficácia das OSCs no Desenvolvimento¹⁴ e a padronização da publicação de informações para maior transparência¹⁵. No entanto, o *BetterAid* ressaltou que o documento não inclui compromissos explícitos para adotar abordagens baseadas nos direitos humanos, não confere devida atenção ao direito ao desenvolvimento e à justiça ambiental e mantém o crescimento econômico como principal referência do desenvolvimento.

O caminho a ser percorrido: oportunidades para reinvenção

O presente artigo procurou sistematizar o processo de abertura e ampliação dos fóruns sobre eficácia da ajuda internacional, principalmente como resultado da ação coordenada de redes e coalizões da sociedade civil internacional. Neste processo, muitas das suas demandas e propostas foram, progressivamente, sendo incluídas

nos acordos internacionais. No entanto, além da ação estratégica da sociedade civil, há que se destacar que seus questionamentos foram, em grande medida, compartilhados por delegações dos países emergentes, como o Brasil.

O cenário pós-Busan, de uma Parceria Global para o Desenvolvimento, deverá fortalecer o debate não só sobre a eficácia do *desenvolvimento*, mas também sobre seu significado e sua governança. A busca por novos modelos de desenvolvimento também orientará dois eventos de alto nível que acontecerão em breve no Brasil: a Cúpula dos Povos e a Rio+20. A ideia da criação de uma “economia verde”, marco dos trabalhos da conferência, é alvo de severas críticas da sociedade civil global pela sua superficialidade, na medida em que ignoraria as causas estruturais da “insustentabilidade” ao deixar de propor reflexões sobre os modos de produção, consumo e opções energéticas predominantes.

Tais espaços criam oportunidades valiosas para conduzir o processo político de busca por novos modelos de desenvolvimento, mais compatíveis com a justiça social e sustentabilidade ambiental. O papel da sociedade civil, neste contexto, é assegurar a contínua qualificação do debate, disputando modelos e paradigmas hegemônicos, possibilitando a construção de novos consensos e garantindo que os interesses e perspectivas dos grupos mais excluídos e marginalizados influenciem as políticas e práticas da cooperação internacional.

¹⁵ Desde Accra, a transparência passou da periferia para o centro do discurso sobre Eficácia da Ajuda/Desenvolvimento. A Iniciativa Internacional para Transparência da Ajuda (IATI, em inglês) é uma iniciativa voluntária, multi-stakeholder, que inclui doadores, países parceiros e OSCs.

REFERÊNCIAS

ADVISORY GROUP ON CIVIL SOCIETY AND AID EFFECTIVENESS (2007). **Civil Society and Aid Effectiveness Concept Paper**. CAD-OECD: Paris.

BETTERAID (2009). **An assessment of the Accra Agenda for Action from a civil society perspective**. Better Aid Coordinating Group: Filipinas.

EURODAD (2008). **Turning the Tables: Aid and Accountability under the Paris Framework**. Bruxelas.

INTERNATIONAL CSO STEERING GROUP (2008). **From Paris 2005 to Accra 2008: will aid become more accountable and effective? A critical approach to the aid Effectiveness Agenda**.

OPEN FORUM FOR CSO DEVELOPMENT EFFECTIVENESS (2010). **The Siem Reap CSO Consensus on the International Framework for Civil Society Development Effectiveness**.

REALITY OF AID (2007). **The Paris Declaration: Towards Enhance Aid Effectiveness? – Reality Check**. Bond/CCIC.



Construindo pontes de cooperação em direitos humanos e cruzando identidades

Leilã Leonardos e Maria do Carmo Rebouças da Cruz
Especialistas em Direitos Humanos

Os principais fatores de sucesso da cooperação foram a feição amplamente participativa da metodologia de Construção do Plano Nacional para Universalização do Registro Civil de Nascimento em Guiné-Bissau e a decisão de ampliar e imprimir a descentralização da rede de registro pública, além do conhecimento mútuo da realidade dos dois países.

O nome é um dos atributos mais significativos da pessoa natural e essencial na formação da identidade subjetiva; é o sinal diferenciador, determinante da personalidade da pessoa, individualizador, mesmo após sua morte. Com vistas a cumprir com esta prerrogativa básica da cidadania, teve início a cooperação bilateral entre Brasil e Guiné-Bissau no âmbito da promoção do registro civil de nascimento, ainda vigente na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR. Este artigo descreve esta experiência, buscando extrair lições do que significa a humanização do desenvolvimento.

O direito humano ao nome e à nacionalidade está reconhecido em múltiplos diplomas normativos internacionais: há 64 anos o Artigo VI da Declaração Universal dos Direitos Humanos já definia que “Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.” Posteriormente, a Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito da Criança, no seu Art. 7º, estabeleceu que:

“Desde o nascimento, toda criança terá direito a um nome e a uma nacionalidade”. Também o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, no seu Art. 16, preocupou-se em definir que “Toda pessoa terá direito, em qualquer lugar, ao reconhecimento de sua personalidade jurídica.” A Declaração do Milênio, no Capítulo sobre Direitos Humanos propôs ao conjunto de nações signatárias “Esforçar-nos por conseguir a plena proteção e a promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de todas as pessoas, em todos os países”.

O processo de cooperação bilateral Brasil e Guiné-Bissau

O modelo de cooperação adotado pela SDH/PR na cooperação com o Ministério da Justiça de Guiné Bissau foi alicerçado nos princípios gerais da cooperação técnica internacional brasileira e com enfoque no componente do fortalecimento da construção de capacidades institucionais e sociais através de processos participativos. Esse modelo constitui-se em cinco passos: visita de prospecção, articulação de parcerias, diagnóstico situacional participativo, elaboração do plano nacional para universalização do registro civil de nascimento de Guiné Bissau de forma participativa e monitoramento da execução do Plano.

O primeiro passo foi uma visita de prospecção in loco para compartilhar as experiências brasileiras e debatê-las mais profundamente com os interlocutores oficiais; e também conhecer as experiências de redução do subregistro implementadas pelo país visitado, de modo a prestar um apoio coerente e ajustado à realidade local.

O segundo passo relacionou-se com a visão participativa de cooperação para articular parcerias e construir os produtos da cooperação com as autoridades e as instituições locais afetas à área de intercâmbio técnico. A primeira missão brasileira ao país (outubro de 2008) cumpriu essas duas etapas: Foi possível apresentar e debater a experiência brasileira com a Ministra da Justiça e o Diretor Geral de Identificação Civil, Registro e Notariado e com todos os registradores civis do país. Além disso, foram estabelecidos inúmeros contatos com órgãos governamentais, organismos internacionais e instituições não governamentais, lideranças religiosas, de movimentos sociais, órgãos descentralizados de governo dentre outros, envolvendo-os no processo desencadeado. Também foi possível conhecer na região de Bafatá, Tabanca de Priam, a experiência de registro preliminar feito por matronas (parteiras leigas) em projeto realizado pelo Ministério da Justiça em parceria com a PLAN Internacional e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Em seguida, a cooperação prosseguiu com a elaboração de documentos preliminares com base nas informações colhidas na primeira missão (propostas preliminares de diagnóstico de situação e do Plano de Ação para Universalização do Registro Civil de Nascimento em Guiné Bissau). Já a segunda missão ao país cumpriu parcialmente o quarto passo da cooperação com retorno ao país para ampliação do conhecimento da realidade, discussão com os parceiros locais dos documentos preliminares e a elaboração dos documentos finais.

Definiu-se que as ações intensivas de mobilização para o registro civil de nascimento deveriam ser dotadas de estratégias para o atendimento de todas as regiões, enfatizando as províncias do sul e as ilhas, áreas diagnosticadas com grandes bolsões de subregistro. Foi manifesta a intenção de promover a ampliação da gratuidade do registro civil de nascimento para o acesso de crianças em idade de ingresso escolar (até sete anos de idade ou 95 meses e 29 dias). Verificou-se a necessidade de realização de pesquisa sobre a situação documental de crianças guineenses no exterior, de forma a garantir a essas o registro de nascimento. Estabeleceram-se contatos de sensibilização dos régulos (líderes étnicos tradicionais) das localidades de Buba e Gabú; dos Comitês de Tabanca (lideranças comunitárias) de Pitche, em Gabú e Bijante, em Bubaque; dos Governadores regionais de Gabú e de Buba e das Administrações Setoriais de Buba, Gabú, Canchungo e Bubaque para a execução de ações do Plano. Realizaram-se inúmeras reuniões de discussão do diagnóstico feito e do plano preliminar, chegando-se ao documento final de consenso entre os partícipes.

Enfim, estabeleceram-se as articulações locais para a realização do Projeto Olhares Cruzados pela Identidade, Brasil – Guiné-Bissau¹, focalizando o mote da identidade

O nome é o sinal diferenciador, determinante da personalidade da pessoa, individualizador, mesmo após sua morte.

¹ O Projeto Olhares Cruzados pela Identidade Brasil – Guiné Bissau foi realizado na parceria SDH com a Imagens da Vida, Instituição não-governamental sem fins lucrativos com notória especialização em realizar oficinas temáticas com crianças e jovens concretizando o direito à participação desse segmento. O livro em português e Kriol, resultante desse Projeto, já esgotado, é muito procurado hoje em Guiné-Bissau e deve merecer nova impressão por parte do governo brasileiro, considerando a demanda recebida.

para servir de eficiente instrumento de mobilização para o registro de nascimento em ambos os países e amarrando os laços bilaterais de cooperação para a universalização do registro de nascimento na infância.

A terceira, quarta e quinta missões técnicas retomaram o processo técnico considerando as alterações havidas na equipe técnica interlocutora, e aprofundaram o debate do Plano Nacional a partir de colóquios e reuniões do que seria o embrião do Comitê Gestor Nacional de Guiné-Bissau (interinstitucional), realizados para apresentação formal do Plano e articulações para o seu lançamento, em primeiro momento e, posteriormente, para o aprimoramento desse no processo de execução. Além disso, foram realizadas outras viagens internas para aprofundar o conhecimento da situação e promover articulações em comunidades não visitadas (região de Biombo).

Completo essa etapa a visita da missão técnica Guineense ao Brasil, para conhecer as experiências de mutirões fluviais realizados no Amazonas, as unidades interligadas de registro civil em Recife, e presenciar as reuniões do Comitê Gestor Nacional da Agenda Social brasileira e dos seus subcomitês, explicitando pessoalmente, o modelo de gestão participativa adotado no Brasil.

O quinto passo, simbolizado na assinatura do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Bilateral para a realização do Projeto de monitoramento da execução do Plano Nacional para Universalização do Registro Civil de Nascimento em Guiné-Bissau, está em processo de implementação.

Lições Aprendidas e a Humanização do Desenvolvimento

As dificuldades do projeto foram relacionadas à instabilidade política do país, algo fora da alçada de intervenção dos atores sociais envolvidos. Alguns fatores, no entanto, embaraçaram a consecução de algumas etapas do trabalho, a exemplo do curto período das missões para a superação de problemas relacionados às diferenças institucionais, burocráticas e culturais entre os dois países cooperantes.

Os principais fatores facilitadores foram o forte compromisso da SDH/PR e do Ministério da Justiça de Guiné-Bissau para realização dessa cooperação bilateral que envolveu a supervisão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) e o engajamento da Embaixada brasileira em Bissau. Do lado Guineense, o engajamento do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação Nacional, enquanto agentes governamentais, também foi importante; do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e PLAN Internacional, como organizações internacionais; do Instituto Nacional da Mulher e Criança (INMC), Associação de Amigos da Criança (AMIC) e Teatro do Oprimido, no conjunto das instituições não governamentais envolvidas, formaram a rede de atores sociais mais expressivos para os resultados obtidos até o momento.

Percebe-se como principais acertos do processo desencadeado, a feição ampla-

O processo de cooperação gerou reciprocidade estabelecida nas relações técnicas e políticas, estabelecendo pontes afetivas e profissionais entre as pessoas e os governos que essas representavam.

mente participativa da metodologia de construção do Plano Nacional, a decisão de ampliar e imprimir a descentralização da rede de registros públicos e as atividades de mobilização para o registro de nascimento em todas as regiões de Guiné-Bissau, e a possibilidade de conhecimento in loco da realidade das ações de mobilização para o registro civil de nascimento em ambos os países pelas equipes de cooperação estrangeiras.

Para os que trabalharam nessa cooperação técnica no período 2008-2010, o processo desenvolvido significou uma conquista bilateral muito importante, tanto pela possibilidade de agregar valor em relações de intercâmbio superando o desafio de realizar uma cooperação bem sucedida, quanto pela reciprocidade estabelecida nas relações técnicas e políticas, ocorridas em clima harmonioso estabelecendo pontes afetivas e profissionais entre as pessoas e os governos que essas representavam.

E foi esse aspecto humanizado advindo do próprio tema foco da cooperação, do processo desencadeado que valorizava cada contribuição, e da conduta pessoal dos integrantes das equipes bilaterais - genuinamente comprometidas com a pessoa destinatária da ação, que criou o clima de cumplicidade forte em torno do compromisso comum e garantiu as condições para a continuidade da cooperação.

Esse encontro humano nos retorna a qualquer tempo a alegria dos ecos radiofônicos emanados da rádio do Pindjiguiti e nos permite ouvir ainda, com nitidez, "Bom dia, Guiné-Bissau!"

O modelo de cooperação adotado pela Secretaria de Direitos Humanos foi alicerçado nos princípios gerais da cooperação técnica internacional brasileira e com enfoque no componente do fortalecimento da construção de capacidades institucionais e sociais através de processos participativos.

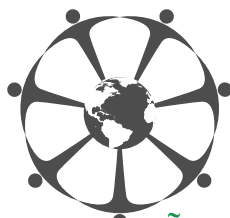
A Rede de Humanização do Desenvolvimento constitui um núcleo de reflexão, consultoria e treinamento para a promoção de um desenvolvimento social e econômico que tenha um caráter humanista, ético e sustentável, apoiado pela Cooperação Internacional. A Rede conta com uma equipe multidisciplinar e internacional de colaboradores.

A Rede percebe a oportunidade histórica que o país vive de alavancar o seu processo de desenvolvimento e mostrar ao mundo suas experiências bem-sucedidas. Por isso, considera fundamental, capacitar técnicos e especialistas para a troca de experiências com outros países, ampliando sua capacidade de cooperar e construir redes de trabalho tanto na América Latina quanto com outros países na África, Ásia e Oriente Médio.

Além disso, a Rede entende que existe um déficit de cultura política voluntarista no país, onde o que tende a predominar é o individualismo em detrimento de um projeto nacional que seja compartilhado. Por isso, acredita na necessidade fundamental de agregar à formação técnica-especializada, o elemento da formação humana e cidadã.

Objetivos

- **Produzir conhecimento** em articulação com uma rede global de colaboradores na área de cooperação internacional para o desenvolvimento;
- **Assessorar organizações** para a promoção efetiva de projetos de cooperação;
- **Capacitar organizações e indivíduos** na promoção da cooperação internacional com enfoque humanista.



REDE ^{DE}
HUMANIZAÇÃO ^{DO}
DESENVOLVIMENTO

APOIO



Japan International Cooperation Agency